



02000.005148/2018 - 01

Ministério do Meio Ambiente

Departamento de Áreas Protegidas

Protocolo Geral Nº 02001.007843/2002-22

Data do Protocolo: 24/08/2004 **Hora do Protocolo:** 09:17:28
Nº do Documento: S/N **Data do Documento:** 09/09/2002
Tipo do Documento: DESPACHO
Procedência: [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis]
Interessado: FUNDO BRASILEIRO PARA BIODIVERSIDADE - FUNBIO S/C
Resumo: MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, A SER CELEBRADO ENTRE O IBAMA E O FUNDO BRASILEIRO PARA BIODIVERSIDADE - FUNBIO S/C.
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Seção de Protocolo, Arquivo, Reprografia e Documentação] [Demer Damas Vieira]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

Data da Tramitação: 14/11/2014 **Hora da Tramitação:** 17:49:11
Destino: [Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Apoio Administrativo]
Despacho: Para providências.
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Programa de Áreas Protegidas da Amazônia] [Reinaldo Pinto Junior] [3169]
Recebimento: Até o momento não foi feito o recebimento eletrônico pela unidade.

Data da Tramitação: 14/11/2014 **Hora da Tramitação:** 15:04:02
Destino: [Programa de Áreas Protegidas da Amazônia]
Despacho: para demais procedimentos
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Departamento de Áreas Protegidas - Apoio Administrativo] [Gisele Ferreira da Silva] [3659]
Recebimento: [Departamento de Áreas Protegidas da Amazônia] [14/11/2014 17:48:27] [Reinaldo Pinto Junior] [EST3169]

Data da Tramitação: 12/05/2014 **Hora da Tramitação:** 09:28:18
Destino: [Departamento de Áreas Protegidas - Apoio Administrativo]
Despacho: Para avaliação e providências.
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Apoio Administrativo] [Maria de Fátima Teles da Cruz] [3310]
Recebimento: [Departamento de Áreas Protegidas - Apoio Administrativo] [12/05/2014 10:18:50] [Josiane Rodrigues Alves] [EST3676]

Data da Tramitação: 25/02/2014 **Hora da Tramitação:** 12:04:39
Destino: [Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Chefia de Gabinete]
Despacho: Para às Devidas Providências.
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Apoio Administrativo] [Jose de Arimateia Santos] [EST2128]
Recebimento: [Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Apoio Administrativo] [12/05/2014 09:26:40] [Maria de Fátima Teles da Cruz] [EST3310]

Data da Tramitação: 25/02/2014 **Hora da Tramitação:** 11:50:44
Destino: [Secretaria de Biodiversidade e Florestas]
Despacho: .
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Seção de Protocolo, Arquivo, Reprografia e Documentação] [Tarcio de Oliveira Sousa] [3299]
Recebimento: [Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Apoio Administrativo] [25/02/2014 12:03:42] [Jose de Arimateia Santos] [EST2128]

Data da Tramitação: 28/06/2012 **Hora da Tramitação:** 11:29:56
Destino: [INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE / ICMBio]
Despacho: Solicita-se expediente da procuradoria do icmbio para cumprir exigência do banco mundial.
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Apoio Administrativo] [Victor Andrade de Araujo] [EST2380]

Data da Tramitação: 28/06/2012 **Hora da Tramitação:** 09:31:44
Destino: [Secretaria de Biodiversidade e Florestas]
Despacho: 04 - VOLUMES. MAIS O PROC. Nº 02001.007088/2004-48, 02001.004168/2007-94, TOTALIZANDO 06 - VOLUMES.
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Francisco das Chagas Rego] [EST0568]
Recebimento: [Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Apoio Administrativo] [28/06/2012 11:28:17] [Victor Andrade de Araujo] [EST2380]

Data da Tramitação: 26/06/2012 **Hora da Tramitação:** 09:56:46
Destino: [Consultoria Jurídica]
Despacho: Dr. José Mauro - CONJUR/MMA
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Doracy Camelo Braga] [EST0747]
Recebimento: [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [28/06/2012 09:19:39] [Francisco das Chagas Rego] [EST0568]

Data da Tramitação: 26/06/2012 **Hora da Tramitação:** 09:27:03
Destino: [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo]
Despacho: Para análise
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Apoio Administrativo] [Victor Andrade de Araujo] [EST2380]
Recebimento: [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [26/06/2012 09:55:44] [Doracy Camelo Braga] [EST0747]

Data da Tramitação: 26/06/2012 **Hora da Tramitação:** 09:26:26
Destino: [Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Chefia de Gabinete]



Ministério do Meio Ambiente
Departamento de Áreas Protegidas

Protocolo Geral Nº 02001.007843/2002-22

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

Despacho:	Para assinatura na minuta de memo 277
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Apoio Administrativo] [Victor Andrade de Araujo] [EST2380]
Recebimento:	[Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Apoio Administrativo] [26/06/2012 09:26:42] [Victor Andrade de Araujo] [EST2380]
Data da Tramitação:	26/06/2012
Hora da Tramitação:	09:24:01
Destino:	[Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Apoio Administrativo]
Despacho:	para demais providências.
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Departamento de Áreas Protegidas - Apoio Administrativo] [Josiane Rodrigues Alves] [EST0215]
Recebimento:	[Departamento de Áreas Protegidas - Apoio Administrativo] [26/06/2012 09:25:04] [Victor Andrade de Araujo] [EST2380]
Data da Tramitação:	05/06/2012
Hora da Tramitação:	10:00:58
Destino:	[Departamento de Áreas Protegidas]
Despacho:	PARA PROVIDÊNCIAS.
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Departamento de Áreas Protegidas - Apoio Administrativo] [Josiane Rodrigues Alves] [EST0215]
Recebimento:	[Departamento de Áreas Protegidas - Apoio Administrativo] [05/06/2012 16:37:48] [Josiane Rodrigues Alves] [EST0215]
Data da Tramitação:	04/06/2012
Hora da Tramitação:	14:53:40
Destino:	[Departamento de Áreas Protegidas]
Despacho:	Encaminhado através da COTA nº 204/112-CGCA/CONJUR.
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Seção de Protocolo, Arquivo, Reprografia e Documentação] [Claudio Caitano de Paula] [EST2095]
Recebimento:	[Departamento de Áreas Protegidas - Apoio Administrativo] [05/06/2012 09:59:30] [Josiane Rodrigues Alves] [EST0215]
Data da Tramitação:	04/06/2012
Hora da Tramitação:	14:42:30
Destino:	[Seção de Protocolo, Arquivo, Reprografia e Documentação]
Despacho:	.
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Rafael da Silva Carneiro] [EST2017]
Recebimento:	[Seção de Protocolo, Arquivo, Reprografia e Documentação] [04/06/2012 14:49:29] [Claudio Caitano de Paula] [EST2095]
Data da Tramitação:	30/05/2012
Hora da Tramitação:	17:49:24
Destino:	[Consultoria Jurídica]
Despacho:	Dr. José Mauro - CONJUR/ MMA
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Christiana Francisca de Oliveira Carvalho] [EST2019]
Recebimento:	[Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [31/05/2012 17:33:14] [Christiana Francisca de Oliveira Carvalho] [EST2019]
Data da Tramitação:	30/05/2012
Hora da Tramitação:	17:14:15
Destino:	[Consultoria Jurídica]
Despacho:	03 - VOLUMES. OBS: JUNTOS OS PROCESSOS Nº 02001. 007088/2004-48, 02001.004168/2007-94. Para retificação da representação do MMA no Termo aditivo ao acordo de cooperação.
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Coordenação-Geral de Apoio Administrativo] [Luiz Martins Rodrigues] [EST1900]
Recebimento:	[Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [30/05/2012 17:48:44] [Christiana Francisca de Oliveira Carvalho] [EST2019]
Data da Tramitação:	29/05/2012
Hora da Tramitação:	14:46:27
Destino:	[Coordenação-Geral de Apoio Administrativo]
Despacho:	03 - VOLUMES. OBS: JUNTOS OS PROCESSOS Nº 02001. 007088/2004-48, 02001.004168/2007-94.
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Francisco das Chagas Rego] [EST0568]
Recebimento:	[Coordenação-Geral de Apoio Administrativo] [29/05/2012 15:13:57] [Sonia Maria Moreira Rocha Borba] [EST2730]
Data da Tramitação:	28/05/2012
Hora da Tramitação:	09:12:01
Destino:	[Consultoria Jurídica]
Despacho:	M. AMELIA. OBS: JUNTOS OS PROCESSOS Nº 02001. 007088/2004-48, 02001.004168/2007-94.
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Francisco das Chagas Rego] [EST0568]
Recebimento:	[Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [29/05/2012 14:37:34] [Francisco das Chagas Rego] [EST0568]
Data da Tramitação:	25/05/2012
Hora da Tramitação:	17:10:29
Destino:	[Consultoria Jurídica]
Despacho:	Dr. Clemilton - Consultor Substituto. OBS: JUNTOS OS PROCESSOS Nº 02001. 007088/2004-48, 02001.004168/2007-94.
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Francisco das Chagas Rego] [EST0568]
Recebimento:	[Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [28/05/2012 09:11:42] [Francisco das Chagas Rego] [EST0568]
Data da Tramitação:	25/05/2012
Hora da Tramitação:	16:23:13
Destino:	[Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo]
Despacho:	Encaminha-se NT 007 para providências. Segue 3 minutas do termo aditivo acostadas ao ultimo volume
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Apoio Administrativo] [Victor Andrade de Araujo] [EST2380]
Recebimento:	[Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [25/05/2012 17:09:28] [Francisco das Chagas Rego] [EST0568]
Data da Tramitação:	23/05/2012
Hora da Tramitação:	12:15:04
Destino:	[Secretaria de Biodiversidade e Florestas]



Ministério do Meio Ambiente
Departamento de Áreas Protegidas

Protocolo Geral Nº 02001.007843/2002-22

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

Despacho:	Para providências.	
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Doracy Camelo Braga] [EST0747]	
Recebimento:	[Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Apoio Administrativo] [25/05/2012 16:19:27] [Victor Andrade de Araujo] [EST2380]	
Data da Tramitação:	22/05/2012	Hora da Tramitação: 10:31:07
Destino:	[Consultoria Jurídica]	
Despacho:	ADVOGADO(A) 05 VOL	
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Elisangela de Souza Castro] [EST0531]	
Recebimento:	[Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [23/05/2012 12:10:12] [Doracy Camelo Braga] [EST0747]	
Data da Tramitação:	21/05/2012	Hora da Tramitação: 09:28:20
Destino:	[Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes]	
Despacho:	OBS: JUNTOS OS PROCESSOS Nº 02001. 007088/2004-48, 02001.004168/2007-94.	
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Francisco das Chagas Rego] [EST0568]	
Recebimento:	[Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [22/05/2012 10:30:23] [Elisangela de Souza Castro] [EST0531]	
Data da Tramitação:	17/11/2004	Hora da Tramitação: 10:55:46
Destino:	[Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis]	
Despacho:		
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Seção de Protocolo, Arquivo, Reprografia e Documentação] [Demer Damas Vieira]	
Data da Tramitação:	16/11/2004	Hora da Tramitação: 17:53:18
Destino:	[Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis]	
Despacho:	INFORMAÇÃO 715/2004 DRA. OLIVA SODRÉ. VIDE PASTA TERMO ADITIVO.	
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica] [Alcebiades dos Santos Paes] [ESTA961]	
Data da Tramitação:	16/11/2004	Hora da Tramitação: 15:13:30
Destino:	[DR. GUSTAVO TRINDADE - CONJUR/MMA]	
Despacho:		
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Andre Almeida Rabelo]	
Data da Tramitação:	16/11/2004	Hora da Tramitação: 11:45:16
Destino:	[DRA. TÂNIA ARRAIS - CONJUR/MMA]	
Despacho:		
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Andre Almeida Rabelo]	
Data da Tramitação:	09/11/2004	Hora da Tramitação: 14:57:37
Destino:	[DRA. OLIVA SODRÉ - CONJUR/MMA]	
Despacho:		
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Andre Almeida Rabelo]	
Data da Tramitação:	03/11/2004	Hora da Tramitação: 15:09:01
Destino:	[DRA. TÂNIA ARRAIS - CONJUR/MMA]	
Despacho:		
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica] [Alcebiades dos Santos Paes] [ESTA961]	
Data da Tramitação:	03/11/2004	Hora da Tramitação: 12:04:45
Destino:	[Consultoria Jurídica]	
Despacho:		
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Gabinete do Ministro] [Luiz Martins Rodrigues]	
Data da Tramitação:	29/10/2004	Hora da Tramitação: 17:57:27
Destino:	[Gabinete do Ministro - Chefia]	
Despacho:		
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Gabinete do Ministro] [Iron Bezerra de Sousa] [EST5033]	
Data da Tramitação:	02/09/2004	Hora da Tramitação: 11:09:53
Destino:	[Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis]	
Despacho:	INFORMAÇÃO 572/2004 - DRA. TÂNIA ARRAIS EM 30/08/2004.	
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica] [Andre Almeida Rabelo]	
Data da Tramitação:	01/09/2004	Hora da Tramitação: 17:30:30
Destino:	[DR. GUSTAVO TRINDADE - CONJUR/MMA]	
Despacho:		



Ministério do Meio Ambiente
Gabinete do Ministro
Departamento de Áreas Protegidas

Protocolo Geral Nº 02001.007843/2002-22

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica] [Andre Almeida Rabelo]

Data da Tramitação: 24/08/2004

Hora da Tramitação: 10:43:22

Destino: [DRA. TÂNIA ARRAIS]

Despacho:

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica] [Wagner Natal da Silva] [EST5003]

Data da Tramitação: 24/08/2004

Hora da Tramitação: 09:28:44

Destino: [Consultoria Jurídica]

Despacho:

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Seção de Protocolo, Arquivo, Reprografia e Documentação] [Jose Cleissondarc Goncalves Leite]

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

Data da Anexação: 23/05/2012

Hora da Anexação: 12:13:59

Nº do Documento: 177

Data do Documento: 22/05/2012

Tipo do Documento: COTA

Procedência: [Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes]

Signatário/Cargo: Tânia Arrais - CONJUR/MMA

Resumo: Vide Pasta - Acordo de Cooperação Técnica.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Doracy Camelo Braga] [EST0747]

Data da Anexação: 25/05/2012

Hora da Anexação: 16:21:02

Nº do Documento: 007

Data do Documento: 24/05/2012

Tipo do Documento: NOTA TECNICA

Procedência: [Programa de Áreas Protegidas da Amazônia]

Signatário/Cargo: DAP/ARPA/SBF/MMA

Resumo: Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica 04/2008 AC firmado entre ICMBIO E FUNBIO

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Apoio Administrativo] [Victor Andrade de Araujo] [EST2380]

Data da Anexação: 29/05/2012

Hora da Anexação: 17:30:19

Nº do Documento: 333

Data do Documento: 29/05/2012

Tipo do Documento: PARECER

Procedência: [Dra. Tânia Arrais - CONJUR/MMA.]

Signatário/Cargo:

Resumo: videv pasta - acordo de Coop. Téc.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Doracy Camelo Braga] [EST0747]

Data da Anexação: 29/05/2012

Hora da Anexação: 17:30:26

Nº do Documento: 556

Data do Documento: 29/05/2012

Tipo do Documento: DESPACHO

Procedência: [Dr. Jose Mauro - CONJUR/MMA]

Signatário/Cargo:

Resumo: videv pasta - acordo de Coop. Téc

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Doracy Camelo Braga] [EST0747]

Data da Anexação: 31/05/2012

Hora da Anexação: 17:35:59

Nº do Documento: 204

Data do Documento: 31/05/2012

Tipo do Documento: COTA

Procedência: [Consultoria Jurídica]

Signatário/Cargo: Tânia Arrais - Coordenadora- Geral de Atos Contratos e Ajustes - CONJUR/MMA

Resumo: Vide Pasta Acordo de Cooperação Técnica.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Christiana Francisca de Oliveira Carvalho] [EST2019]

Data da Anexação: 29/06/2012

Hora da Anexação: 10:36:11



Ministério do Meio Ambiente

Gabinete do Ministro

Departamento de Áreas Protegidas

Protocolo Geral N° 02001.007843/2002-22

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

N° do Documento:	227	Data do Documento:	27/06/2012
Tipo do Documento:	NOTA		
Procedência:	[Dra. Tânia Arrais - CONJUR/MMA]		
Signatário/Cargo:			
Resumo:	vide pasta - Acordo de Cooperação Técnica		
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Jessica de Oliveira Costa] [EST2019]		
Data da Anexação:	28/06/2012	Hora da Anexação:	09:28:13
N° do Documento:	731	Data do Documento:	27/06/2012
Tipo do Documento:	DESPACHO		
Procedência:	[Dr. Jose Mauro - CONJUR/MMA]		
Signatário/Cargo:			
Resumo:	vide pasta - T. Adt. Coop. Técnica.		
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Francisco das Chagas Rego] [EST0568]		
Data da Anexação:	28/06/2012	Hora da Anexação:	09:28:48
N° do Documento:	199	Data do Documento:	27/06/2012
Tipo do Documento:	OFICIO		
Procedência:	[Dr. Jose Mauro - CONJUR/MMA]		
Signatário/Cargo:			
Resumo:	vide pasta - T. Adt. Coop. Técnica.		
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Consultoria Jurídica - Apoio Administrativo] [Francisco das Chagas Rego] [EST0568]		
Data da Anexação:	21/05/2014	Hora da Anexação:	09:23:31
N° do Documento:	23	Data do Documento:	21/05/2014
Tipo do Documento:	NOTA TECNICA		
Procedência:	[Departamento de Áreas Protegidas]		
Signatário/Cargo:	SERGIO HENRIQUE COLLAÇO DE CARVALHO - DIRETOR		
Resumo:	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE ICMBIO E FUNBIO, com interveniência do MMA visando a implementação do Programa ARPA para a vida.		
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Departamento de Áreas Protegidas - Apoio Administrativo] [Gisele Ferreira da Silva] [3659]		

DOCUMENTOS APENSADOS

N° de Protocolo:	02001.007088/2004-48		
Data do Protocolo:	04/06/2012	Hora do Protocolo:	12:15:36
N° do Documento:	S/N	Data do Documento:	03/12/2004
Tipo do Documento:	TERMO DE DOACAO DE BENS		
Procedência:	[Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade]		
Interessado:	PROGRAMA AREAS PROTEGIDAS DA AMAZONIA ARPA		
Resumo:	MINUTA DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS AO IBAMA.		
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Seção de Protocolo, Arquivo, Reprografia e Documentação] [Demer Damas Vieira] [EST2097]		
N° de Protocolo:	02001.004168/2007-94		
Data do Protocolo:	04/06/2012	Hora do Protocolo:	12:17:46
N° do Documento:	S/N	Data do Documento:	11/09/2007
Tipo do Documento:	TERMO DE DOACAO DE BENS		
Procedência:	[Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade]		
Interessado:	FUNBIO		
Resumo:	TERMO DE DOAÇÃO ENTRE O FUNBIO E O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.		
Cadastramento:	[Ministério do Meio Ambiente] [Seção de Protocolo, Arquivo, Reprografia e Documentação] [Demer Damas Vieira] [EST2097]		



Ministério do Meio Ambiente

Departamento de Áreas Protegidas

Protocolo Geral N° 02001.007843/2002-22

DOCUMENTOS APENSADOS

1°	2°
3°	4°
5°	6°
7°	8°
9°	10°



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio

NOTA TÉCNICA nº 16 /2013 / CGCAP / DIMAN / ICMBio

Brasília/DF, 12 de dezembro de 2013.

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica entre ICMBio e FUNBIO.

1. DESTINATÁRIO

Procuradoria Federal Especializada – PFE ICMBio.

2. INTERESSADO

Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação - CGCAP.

3. REFERÊNCIA

3.1. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

3.2. Decreto nº 4.326, de 8 de agosto de 2002, que institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, e dá outras providências.

4. FUNDAMENTAÇÃO/ANÁLISE TÉCNICA/PARECER

O PROGRAMA ARPA

4.1. O programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA é uma estratégia do Governo Federal para conservar parcela significativa do Bioma Amazônico, garantindo a conservação de um significativo maciço florestal com benefícios tangíveis e intangíveis para o Brasil na forma de serviços ecossistêmicos, continuidade de processos ecológicos e manutenção de importantes estoques de carbono. Para tanto foram desenvolvidos esforços vinculados ao Programa Piloto para a Conservação de Florestas Tropicais – PPG7 – que culminaram com a criação de uma rede de articulação entre doadores e órgãos gestores de unidades de conservação sintetizada sob a forma

de um programa de longo prazo de consolidação das UC – Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.

4.2. Integraram esses primeiros esforços, notadamente, o Ministério para a Cooperação e Desenvolvimento do Governo da Alemanha (BMZ) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), entidades parceiras do terceiro setor como o WWF e o FUNBIO, este último assumindo o papel de gerente financeiro e agente executor dos recursos, e o próprio Ministério do Meio Ambiente - MMA e autarquias associadas.

4.3. A estrutura corrente do Programa segue o previsto no Decreto nº 4.326 de 8 de agosto de 2002, contando com um Comitê de Programa de caráter deliberativo e com a previsão de envolvimento de Governos Estaduais para o cumprimento de suas metas. Os demais detalhes do ARPA, como metas de criação, abrangência espacial do Programa (60 milhões de ha) e Unidades de Conservação (UC) elegíveis constam no Documento de Governo e nos arranjos contratuais com doadores. Atualmente, somente são elegíveis a apoio do Programa as categorias Parque (Nacional ou Estadual), Estação Ecológica, Reserva Biológica, Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

4.4. Em sua origem o Programa foi estruturado em três fases, denominadas Fase I, prevista para o período entre 2003-2009, Fase II, 2010-2015, e Fase III, 2016-2018, com a ambição de ao final da última fase ter como resultado 60 milhões de hectares de Unidades de Conservação consolidados. Os trabalhos do programa em sua primeira fase foram amplamente reconhecidos, com sucessos superando as metas propostas em todos os campos, da criação à consolidação. A segunda fase vem se desenvolvendo de maneira bastante satisfatória, contando com 95 Unidades de Conservação apoiadas, cobrindo 52 milhões de hectares sob a coordenação do órgão gestor das UC federais, além dos órgãos dos estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins.

4.5. O Programa trouxe como diferencial um rumo lógico de implementação das Unidades de Conservação, com cada atividade a ser desenvolvida vinculada a marcos referenciais de consolidação e metas temporais de avanço, estando estes associados à provisão de recursos assegurados através de doações e do arranjo financeiro com o FUNBIO. Os componentes do programa: 1) Criação de novas UC; 2) Consolidação e Gestão de UC; 3) Sustentabilidade Financeira; e 4) Monitoramento, Coordenação, Gerenciamento e Comunicação – congregam as atividades apoiadas pelo Programa, que também incluem temas transversais como gestão integrada de Unidades e articulação com o entorno das UC, e destacam os itens apoiados para a consolidação destas. Além destes componentes, o Programa trabalha com quatro *status* distintos de implementação e consolidação para as UC, o que também diferencia o tipo de atividade a ser financiada em cada área. São elas: Criação, Consolidação em Grau I, Consolidação em Grau II e Manutenção (pós-consolidação). Os Graus I e II implicam em diferentes metas para alguns marcos referenciais (como gestão participativa e planos de manejo) com rebatimentos nos tipos de atividade financiada.

4.6. A premissa do Programa de sustentabilidade financeira para as Unidades após 2018 previa a estruturação do Fundo de Áreas Protegidas (FAP), arranjo fiduciário

administrado pelo FUNBIO que conta hoje com aproximadamente USD 62 milhões e que aportaria recursos decorrentes exclusivamente do rendimento das aplicações financeiras em prazo indeterminado para as UC que, somados ao orçamento público, atenderiam às necessidades das UC.

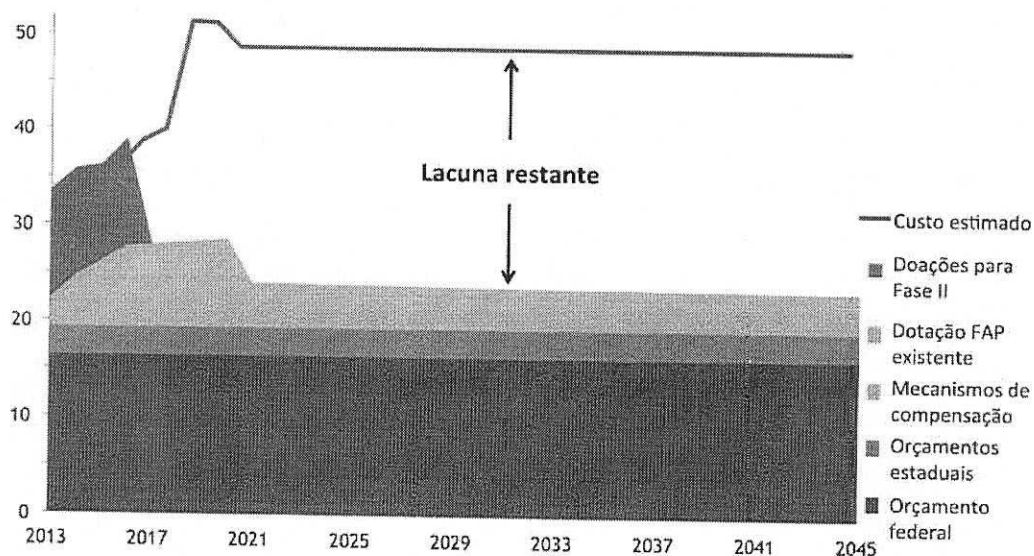
4.7. O funcionamento do FAP e os demais elementos do Programa previstos de acontecerem em sua Fase III, não iniciada, vêm sendo revistos à luz da iniciativa ARPA para a Vida – que assume a insuficiência desta estratégia fiduciária para cobrir plenamente os custos das UC, pois seriam necessários USD 500 milhões a 1 bilhão adicionais ao fundo. Ademais, reforçam a ação de revisão do Programa os avanços econômicos do país, que sugerem ao rol de doadores que o próprio poder público tem capacidade de assumir os custos com as UC.

A INICIATIVA ARPA PARA A VIDA

4.8. A iniciativa ARPA para a Vida é uma parceria entre o MMA, WWF-US e WWF-BR, FUNBIO, Linden Trust for Conservation e a Fundação Moore, formalizada em Memorando de Entendimentos ao final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20, realizada em 2012. Esta iniciativa se constitui em uma nova estratégia de modelagem financeira para o Programa, diferente dos modelos previstos até então para a manutenção de 60 milhões de hectares de áreas protegidas. 4.9. Ao analisar o modelo vigente de financiamento, identificou-se uma lacuna para que o FAP de fato cobrisse os gastos de manutenção das Unidades de Conservação em longo prazo, sendo necessário um aporte adicional que os parceiros julgaram ser impossível de ser alcançado no contexto econômico que se apresenta tanto o Brasil – positivo – como os países de origem das doações – em crise. Abaixo gráfico ilustrativo da lacuna de financiamento projetada para o período de 2013-2045:

Figura 1 – lacuna de financiamento projetada com a diferença entre os custos estimados (linha verde) e disponibilidade orçamentária corrente entre orçamentos federais e estaduais, compensações e aportes do FAP.

Estimativa de recursos já comprometidos para todo o Arpa
(US\$M, USD reais de 2012)



4.9. Tendo como base as projeções acima construiu-se uma nova estratégia sob formato de um Fundo de Transição que equaliza um aumento gradativo do aporte de recursos públicos para a gestão e manejo das UCs, enquanto os valores originados por doação diminuem com o tempo. Este novo modelo prevê o crescimento médio de 3,9% do orçamento público ao ano no prazo de 25 anos a ser aplicado nas UC apoiadas pelo Programa. Abaixo gráfico ilustrativo do novo modelo.

"Arpa for life" – estimates for completing ARPA
(US\$M, USD reais de 2013)

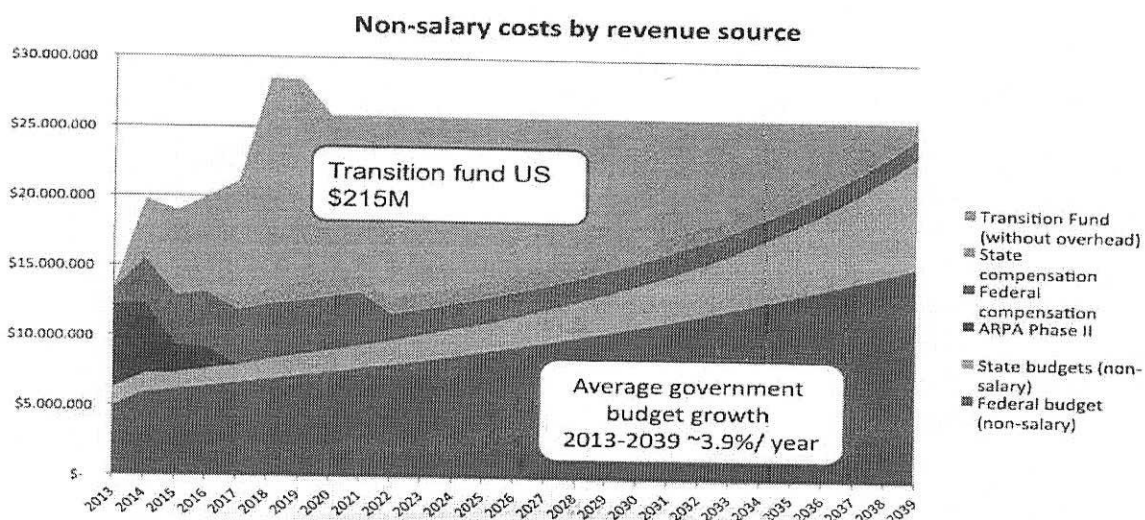


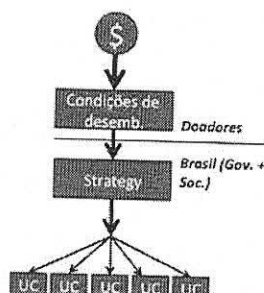
Figura 2 - gráfico explicativo do fundo de transição, com um valor estimado de USD 215 milhões que equalizam o crescimento do aporte de recursos nos 25 anos de operação do Programa

4.10. Neste novo formato ARPA para a Vida o Fundo de Transição é composto por doações acumuladas em USD 215 milhões e gerido em uma estrutura de "sinking" que no decurso de 25 anos é totalmente consumido e equaliza os gastos anuais até que o Poder Público consiga elevar, a uma média de crescimento anual de 3,9%, o aporte de recursos até alcançar a totalidade do financiamento das UC. Esta iniciativa, além de revisar as premissas de sustentabilidade financeira do programa, deixa claro o papel do instrumento de financiamento, neste caso o Fundo de Transição, que se vincula aos componentes hoje desenvolvidos em sua Fase 2 – e mais interessante, vinculam a ele um comitê de gestão independente do comitê do Programa que tem governança sobre a alocação de recursos frente ao desempenho dos órgãos gestores e das próprias UC no cumprimento das metas do Programa.

4.11. A estrutura de negociação e captação de recursos segue a lógica de "single closing deal" na medida em que objetiva-se que os compromissos sejam firmados por todos os doadores para composição do Fundo logo após o fechamento da negociação.

4.12 A reestruturação do Programa passa por um reequilíbrio do controle sobre o programa, com a criação de um comitê de doadores – semelhante ao que hoje opera o FAP – e que passa a controlar os recursos do Fundo de Transição. O principal papel

do comitê de doadores é o de monitorar a performance da implementação do Programa e do alcance das metas planejadas – compondo um conjunto de condições de desembolso que afetam o volume de recursos a ser alocado para períodos de planejamentos bienais.



4.13. Em termos de captação, o quadro abaixo resume o panorama de captação. Os avanços na negociação com a USAID devem dar cabo de boa parte do recurso que ainda seria preciso para fechar o *deal*.

4.14. A data de fechamento do *deal* está prevista para dezembro último aguardando três datas importantes:

- Reunião do board da Fundação Moore (15 de novembro)
- Decisão do Fundo Amazônia sobre a nova proposta (sem data mas previsão otimista ainda dezembro)
- Fechamento da negociação bilateral Brasil e Alemanha (prevista para ocorrer ainda em dezembro do corrente ano).

Millions		Donation (original currency)
Currently expected donors	Germany	€30
	Amazon Fund	R\$ 80
	GEF	\$80
	FAP	\$60
	Private: Sant Trust (WWF-US)	\$25
	Private: Moore	\$15
	Private: Urden Trust	\$1
	Private: Paulson	\$4
	Private: Glaberman	\$1
	Total (2014 USD)	\$196
Additionally needed donors	UK	TBD
	USAID	TBD
	Brazilian Private	TBD
	Other US Private	TBD
	Total (2014 USD)	\$20
Goal	Total (2014 USD)	\$215

4.15. Considerando as mudanças significativas que deve sofrer o Programa e todas as condições necessárias para que os acordos sejam fechados, os interessados vêm trabalhando com a construção de *condições de fechamento* – compromissos de responsabilidades variáveis que estruturam a nova proposta do programa. Cabe ao ICMBio, por exemplo, o aumento do orçamento do ICMBio dedicado ao ARPA em 20%

(já lançado no PLOA implicando em um aumento de 9 para 12 milhões de reais para 2014), a definição de protocolos de monitoramento, o detalhamento de um plano de consolidação de cada órgão gestor para as metas do programa no período 2014 – 2020, dentre outros.


4.16. Uma das condições é a formalização de novo Acordo de Cooperação Técnica entre Funbio e ICMBio, que faça referência à iniciativa Arpa for Life, uma vez que mudanças importantes estão sendo propostas na gestão do Programa.

5. CONCLUSÃO

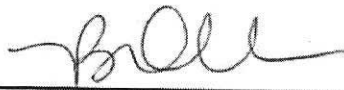
5.1. Considerando a relevância do programa para a gestão de Unidades apoiadas pelo ARPA, comprovada pelos resultados obtidos, ao longo dos anos, em ações de formação de 54 Conselhos Deliberativos, elaboração de 28 planos de manejo, de estruturação física e dotação de equipamentos, proteção e de fortalecimento comunitário. Fato é que o Programa se configura de extrema importância ao ICMBio, não só diante das dificuldades que o Instituto enfrenta perante as restrições orçamentárias recentes, mas também pelo seu arranjo diferenciado.

5.2. Considerando que outros Acordos de Cooperação Técnica do Programa Áreas Protegidas da Amazônia já foram objeto de análise desta Procuradoria Federal Especializada e que o Programa encontra-se em plena execução desde 2004, encaminhamos nova minuta de Acordo com referência ao arranjo pretendido ao ARPA para Vida.

5.3. Isto posto, submetemos o Acordo de Cooperação Técnica entre o ICMBio e FUNBIO para análise e considerações no que tange à conformidade com os dispositivos legais vigentes, por parte desta Procuradoria Federal Especializada.


CAIO MARCIO PAIM PAMPLONA
Coordenador Geral CGCAP

Caio Marcio Paim Pamplona
Coordenador-Geral
CGCAP/DIMAN/ICMBio


GIOVANNA PALAZZI
Diretora

Bruna De Vita Silva Santos
Diretora Substituta
DIMAN/ICMBio

De acordo. Encaminhe-se a PFE para análise



Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Informações do Processo

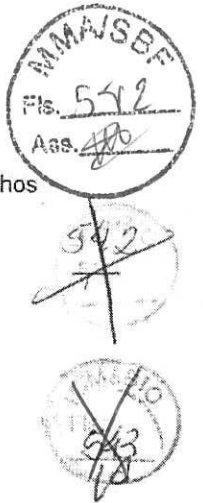
Número do Processo: 02001.007843/2002-22

Interessado: FUNBIO

Assunto: ACORDO

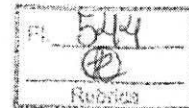
Data da Autuação: 09/09/2002

Despachos



Folha de Despachos

	<p>Ao Protocolo Geral</p> <p>Para apensar o processo 02001.007088/2004-48 a este processo.</p>	<p>2</p> <p>17.12.13 Dayse Rocha Corrêe Assistente Técnica DIMAN/ICMBio</p>
<p>3</p>	<p>A PFE,</p> <p>Para análise jurídica e manifestação.</p> <p>26/12/13</p> <p>Rall</p>	<p>4</p> <p>Recebido - PFE/ICMBio</p> <p>Em 02/01/14</p> <p>Hrs: 14:08</p> <p>Por: Bortura</p>
<p>5</p>	<p>Orna De Vita Silva Santos Diretora Substituta DIMAN/ICMBio</p> <p>À COMAD (De. Regim) para análise.</p> <p>Brasília, 02/01/2014.</p> <p>Rafael J.</p> <p>Rafael Gomes de Santana Subprocurador - Chefe PFE/ICMBio/SEDE</p>	<p>6</p> <p>À COMAD (De. Regim) para análise.</p> <p>Diante do todo de recebimento e distribuição</p> <p>deu-se data em 06/01/2014.</p> <p>Brasília, 02/01/2014.</p> <p>Rafael J.</p> <p>Rafael Gomes de Santana Subprocurador - Chefe PFE/ICMBio/SEDE</p>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA – ICMBio

PARECER Nº 0043/2014/PFE-ICMBIO/SEDE/PGF/AGU

PROCESSO Nº 02001.007843/2002-22

INTERESSADO: Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação -CGCAP/Diretoria de Manejo e Criação de Unidades de Conservação - DIMAN

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o MMA - Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, para a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, em consonância com os documentos oficiais do Programa.

EMENTA: Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o MMA - Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, para a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, em consonância com os documentos oficiais do Programa. Análise de Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Possibilidade de prosseguimento.

1. Tratam os presentes autos da análise de minuta do Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o MMA - Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, para a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, em consonância com os documentos oficiais do projeto.
2. As tratativas e análises técnicas do acordo, cuja minuta ora se examina tramitam dentro dos autos nº 02001.007843/2002-22, em atenção à recomendação desta PFE, de que os processos que versem sobre o mesmo tema e com idênticas partes sejam, sempre que possível, apensados, para que, nas discussões posteriores, quando da análise para manifestação jurídica, esta PFE tenha uma visão real de tudo que tenha ocorrido relativamente ao tema versado.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA – ICMBio**

3. Desta forma, estes autos começaram a tramitar em 2002, com o objetivo de tratar do Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, IBAMA e o FUNBIO (fls. 01), no âmbito do Programa ARPA sendo certo que o primeiro Acordo propriamente dito foi celebrado, nos termos do documento de fls. 61/64.

4. O Projeto Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA foi instituído no âmbito do MMA, pelo Decreto nº 4.326 de 08 de agosto de 2002, nos seguintes termos, *verbis*:

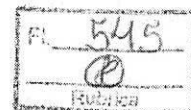
"Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, a ser desenvolvido com recursos ordinários de programas daquele Ministério da mesma categoria de programação, com recursos oriundos de cooperação internacional internalizados pelo Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, regulado pelo Decreto nº 2.119, de 13 de janeiro de 1997, e com recursos de doação internacional e nacional."

Art. 2º O ARPA tem por finalidade expandir e consolidar a totalidade de áreas protegidas no bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa."

5. O referido Programa ARPA consiste num compromisso assumido pela República Federativa do Brasil em 1998, visando à ampliação das áreas protegidas de florestas tropicais no Brasil, em colaboração com a aliança firmada entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou BIRD) como agência implementadora dos recursos provenientes do GEF (Global Environmental Facility) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), com o objetivo de elevar as taxas mundiais de proteção sobre as florestas tropicais do planeta.

6. Destarte, o ajuste vem sendo implementado desde 2002, tendo sido objeto de vários acordos e seus respectivos aditivos, a fim de não interromper a continuidade do Programa ARPA (fls. 01/534).

7. Nesta oportunidade, a Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação – CGCAP, através de seu Coordenador Geral, elaborou a Nota Técnica nº 16/2013/CGCAP/DIMAN/ICMBio, de fls. 536/541, na qual expôs a importância do Programa ARPA e apresentou o projeto "Iniciativa ARPA para a Vida", com suas propostas e as condições para sua implementação, inclusive o aumento de 20% no orçamento do ICMBio para o Programa (ressaltando que este item já se encontra lançado no PLOA, tendo aumentado de nove para doze milhões de reais o orçamento do ICMBio).



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA – ICMBio

8. Expôs também que uma das condições para a implementação do programa é a celebração de novo Acordo de Cooperação Técnica entre o ICMBio e o FUNBIO, com a interveniência do MMA, com expressa referência ao programa “ARPA for Life”.

9. A Nota Técnica acima referida foi devidamente aprovada pela diretora substituta da Diretoria de Manejo e Criação de Unidades de Conservação – DIMAN, a qual determinou o encaminhamento dos autos para análise e manifestação desta PFE.

DA ANÁLISE JURÍDICA

10. Preliminarmente, cumpre ressaltar que o exame desta PFE dá-se nos termos do art. 10, §1º, da Lei nº 10.480/2002, abstraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal de competência institucional deste Órgão.

11. Observo inicialmente, que constam destes autos muitos documentos necessários, vez que o processo data de 2002, tendo recebido documentos para a celebração e prorrogação de acordos de cooperação técnica, por mais de dez anos.

12. Já no que tange à minuta acostada, procedemos à análise da mesma, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, cabendo algumas considerações, senão, vejamos:

13. No tocante à nomenclatura do ajuste em apreço, tem-se que a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU Nº 127, de 29 de maio de 2008, publicada no DOU de 30.5.2008 nº 127, de 29 de maio de 2008, que estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, não contemplou a expressão “acordo de cooperação técnica”, inexistindo previsão normativa em qualquer outra norma. Nesse sentido, o “Manual de Convênios, Contratos de Repasse, Termos de Cooperação, Termos de Parceria e Termos de Reciprocidade¹ do Instituto Chico Mendes, elaborado de acordo com as duas normas referidas.

3.5. Termo de Reciprocidade – é o instrumento que disciplina parcerias entre o ICMBio e ENTES PARCEIROS entendidos como órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas com ou sem fins lucrativos, visando à execução de projetos, atividades ou quaisquer eventos de interesse recíproco, com previsão de

¹ Devidamente aprovado pelo Sr. Presidente da Autarquia através da Portaria nº 37, de 14 de maio de 2009.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA – ICMBio

contratação de serviços e aquisição de bens, em regime de mútua cooperação, não havendo transferências de recursos financeiros originários de dotações do ICMBio consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União;

14. Por conseguinte, no âmbito do ICMBio, seria interessante que houvesse a modificação da denominação dada ao acordo para que conste “termo de reciprocidade”, instrumento mais condizente com a realidade normativa desta Autarquia.
15. Todavia, embora no contexto do manual normativo desta Autarquia qualquer ajuste que celebre, devesse, hipoteticamente, atender termos do item acima, em se tratando, como de fato se trata no presente caso, de termo a ser assinado entre entes públicos de igual magnitude, a saber, ICMBio, o MMA - Ministério do Meio Ambiente, não havendo hierarquia entre os mesmos, o nome a ser dado ao ajuste poderá ser o que for de comum acordo entre as partes.
16. No que diz respeito à análise da minuta, acostada à contracapa destes autos, sugiro, primeiramente, que seja incluída e autuada uma cópia da mesma nestes autos, a fim de que se tenha conhecimento sobre qual a minuta recebeu a presente análise jurídica.
17. Com relação ao texto da referida minuta, vê-se que se encontra em consonância com o padrão corrente para esse tipo de ajuste, não havendo, em princípio nenhuma crítica ou reparo a ser feito no que concerne à sua forma e texto.
18. Sugere-se que seja colocado na cláusula décima sexta, que trata do foro competente para a resolução de eventuais conflitos decorrentes do acordo, parágrafo único, estabelecendo a obrigatoriedade de prévia submissão da resolução dos mesmos à apreciação da Câmara de Conciliação da Administração Federal da AGU.
19. Observei, ainda, que não consta da minuta nem o nome nem o espaço para a assinatura do Presidente do ICMBio, o que deverá ser corrigido.
20. Ressalto que outras análises não foram aqui incluídas, por envolverem matéria atinente ao mérito administrativo, de conveniência e oportunidade, análises estas que refogem à competência desta PFE, sendo de análise privativa da Administração.



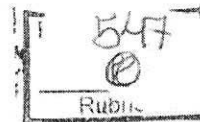
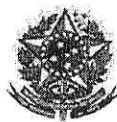
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA – ICMBio

21. Ante o exposto, não vislumbro nenhum óbice ao prosseguimento das tratativas para a assinatura do ajuste ora em análise, desde que se adote as recomendações exaradas ao longo do presente opinativo, notadamente aquelas constantes dos itens nºs 16 a 19 (todos em negrito).

22. É o Parecer que ora submeto à douta apreciação superior.

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

Regina Célia S. Alves Macêdo
Procuradora Federal - PFE/ICMBio



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO CHICO MENDES

DESPACHO Nº 0042/2014/PFE-ICMBIO-SEDE/PGF/AGU

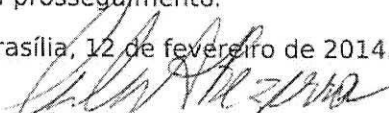
PROCESSO Nº 02001.007843/2002-22

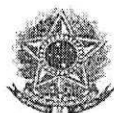
INTERESSADO: Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação -CGCAP/Diretoria de Manejo e Criação de Unidades de Conservação - DIMAN

EMENTA: Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o MMA - Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, para a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, em consonância com os documentos oficiais do Programa. Análise de Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Incompleta instrução processual. Ausência do Manual Operacional do Programa. Análise formal dos termos do Acordo de Cooperação Técnica.

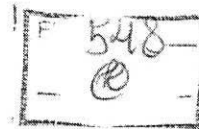
1. Aprovo em parte o Parecer nº 0043/2014/PFE-ICMBIO-SEDE/PGF/AGU (fls. 21), por seus próprios fundamentos, apenas considerando o que segue.
2. Verifica-se que o Acordo de Cooperação Técnica submetido à análise desta Procuradoria faz referência ao Manual Operacional do Programa ARPA (MOP), porém este não foi juntado aos autos. Por essa razão, para a completa instrução dos autos, solicitou-se tal documento junto à senhora Clarisse Cruz do MMA, que, gentil e prontamente, o forneceu, em conjunto com cópia de ata de reunião do Comitê do ARPA, na forma da correspondência eletrônica.
3. Não tendo o MOP sido enviado pelo setor consultante e de acordo com a ata de reunião que indica a aprovação do documento pelo Comitê instituído no âmbito do MMA, somente se justifica o exame jurídico posterior à sua aprovação (do MOP) por parte da Procuradoria Autárquica na hipótese de dúvida específica quanto a algum dos seus termos.
4. Assim, o Acordo de Cooperação Técnica proposto, está apto, do ponto de vista formal, a prosseguimento. Caso haja dúvida jurídica específica relacionada ao MOP, os autos podem ser remetidos a esta PFE/ICMBio, explicitando os limites da dúvida, após a completa instrução do feito com a juntada de toda a documentação pertinente (MOP, atas de reunião, etc). Deixo de juntar aos autos os documentos enviados por e-mail por não estarem devidamente assinados em sua versão final.
5. À DIMAN para prosseguimento.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.


Carlos Vitor Andrade Bezerra
Procurador Federal
Procurador-Chefe
PFE/Instituto Chico Mendes



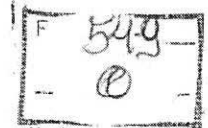
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio E O FUNDO BRASILEIRO PARA BIODIVERSIDADE - FUNBIO, COM A INTERVENIÊNCIA DA UNIAO REPRESENTADA PELO MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA.

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, com inscrição no CNPJ sob o nº 08.829.974/0001-94, com sede na EQ Complexo Administrativo Sudoeste 103/104, nº1, Bloco C, subsolo, Torre 4, Sudoeste, Brasília/DF, CEP:70.670-350 e jurisdição sobre todo o território nacional, neste ato representado pelo seu Presidente **ROBERTO RICARDO VIZENTIN**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado na SMLN km 3, trecho 1, lote 68, casa 2-Brasília/DF, portador da Cédula de Identidade nº 360.895 - SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 571.436.681-68, nomeado pela Portaria nº 304, de 29 de março de 2012, da Ministra de Estado do Meio Ambiente e publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de março de 2012, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº7515, de 8 de julho de 2011, doravante denominado ICMBIO e o **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO**, inscrito no CNPJ nº 03.537.443/0001-04, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar, Botafogo, CEP 22.270-014, na cidade do Rio de Janeiro, neste ato representado por sua Secretária-Geral **ROSA MARIA LEMOS DE SÁ**, brasileira, divorciada, ecóloga, portadora da Cédula de Identidade nº M750.784 - SSP/MG, e inscrito no CPF sob o nº 317.697.566-04, com a interveniência da União, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 2003 e do Decreto nº 6.101, de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", Brasília/DF, CEP: 70.068-901, neste ato representado por sua titular, Ministra de Estado do Meio Ambiente, **IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA**, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Brasília/DF, portadora da Cédula de Identidade nº 457256 - SSP/DF, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 279.754.601-68, nomeado pelo Decreto Presidencial de 31 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 31/03/2010; **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

Considerando os objetivos que conduziram à criação do Programa Áreas Protegidas da



Amazônia, lançado no ano de 2002, em Johannesburgo na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+10, instituindo, assim, o maior programa de conservação de florestas tropicais no mundo e o maior programa relacionado às Unidades de Conservação no Brasil;

Considerando os importantes papéis desenvolvidos pelo Ministério do Meio do Ambiente na coordenação do Programa ARPA; pelo FUNBIO, no gerenciamento dos recursos do Programa ARPA; pelo GEF, por meio do Banco Mundial; pelo Governo Alemão, por meio do KfW; pela Fundação Gordon e Betty Moore; pelo WWF- EUA e WWF-Brasil; e pelo Fundo Amazônia, por meio do BNDES, responsáveis pelo aporte inicial de recursos no Programa ARPA;

Considerando que a Fundação Gordon e Betty Moore, o Linden Trust para Conservação, o FUNBIO, o WWF-Brasil e o Ministério do Meio Ambiente assinaram um Memorando de Entendimentos, por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Rio +20, comprometendo-se a mobilizar recursos para o apoio em longo prazo ao Programa ARPA;

Considerando a intenção de alocar os recursos provenientes da captação em um Fundo de Transição que permitirá a sustentabilidade do Programa ARPA no longo prazo por meio da iniciativa "ARPA para a Vida";

Resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente - MMA, para a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, em consonância com os documentos oficiais do Programa.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES

1 - Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA é um programa de Governo que visa promover a conservação do bioma Amazônico por meio da criação, consolidação e manutenção de Unidades de Conservação (UC), de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

2- Comitê do Programa - CP é a instância de direção do Programa ARPA, tendo sua composição disposta em decreto. O CP é responsável por deliberar sobre, analisar e aprovar o planejamento estratégico do Programa ARPA, estabelecendo procedimentos, diretrizes e critérios para a formalização de convênios e contratos nele previstos, acompanhar e avaliar as atividades do Programa ARPA, articular a participação dos órgãos governamentais e dos governos estaduais da Amazônia, das Organizações da Sociedade Civil e dos Doadores no Programa ARPA; analisar e emitir pareceres sobre os relatórios de desempenho técnico-financeiro com vistas a garantir o desempenho e o alcance das metas do Programa, e convocar o PCA.

3 - Unidade de Coordenação do Programa - UCP é a instância executiva instituída no

Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas para o exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do Programa ARPA, responsável pela comunicação entre o Comitê do Programa e os diversos executores, funcionando como Secretaria Executiva do Comitê para o Programa;

4 - Fundo de Transição - FT é um mecanismo de financiamento de longo prazo e extingível, de caráter privado, criado por meio de contratos entre entidades, pessoas físicas e jurídicas, doadoras brasileiras e estrangeiras, que funcionará de acordo com as regras e os procedimentos estabelecidos no Módulo 2 do MOP;

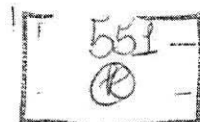
5- Comitê do Fundo de Transição - CFT é a instância decisória do Fundo de Transição que tem por finalidade supervisionar o cumprimento do Módulo 2 do MOP de forma a viabilizar que o FT cumpra com o seu Objetivo, conforme definido no Módulo 2 do MOP. O CFT é composto por 08 (oito) membros votantes, sendo 06 (seis) membros nomeados pelos doadores e 02 (dois) membros nomeados pelo Governo Federal Brasileiro (Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). A seleção e substituição dos membros estão definidas no Regimento Interno do CFT.

6 - Painel Científico de Aconselhamento do Programa - PCA é considerado, no âmbito do Programa ARPA, como instância de consulta técnico-científica, composta por indivíduos com notório conhecimento sobre a dinâmica do bioma Amazônico com as atribuições de avaliar propostas de adoção de novas UCs no Programa ARPA; avaliar metodologia de seleção de áreas, priorização da aplicação de recursos e monitoramento; aprovar propostas de criação submetidas à UCP para apoio pelo Programa ARPA; e analisar e sugerir melhorias ao processo de planejamento, execução e monitoramento do Programa.

7 - Planejamento Estratégico Plurianual - PEP é o documento que estabelece as metas de cada UC em relação aos Marcos Referenciais do Programa ARPA, respeitados os tetos orçamentários.

8 - Comissão de Gestores - CG é uma instância representativa dos gestores das Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa ARPA, vinculada a UCP e composta por 8 (oito) gestores de UC, com o papel de: assessorar e qualificar as atividades de operacionalização e coordenação do Programa ARPA, avaliar e recomendar ao Fórum Técnico alterações e emendas ao Módulo I do MOP para que seja aprimorada a operacionalização do Programa ARPA; aprimorar a comunicação entre as UCs apoiadas pelo Programa ARPA; e avaliar relatórios de atividades do Programa ARPA.

9 - Fórum Técnico é a instância consultiva composto por um representante de cada Órgão Gestor, o Gestor do Fundo de Transição, Representante da Comissão de Gestores e UCP, sendo coordenado por esta última. Compete ao Fórum Técnico: acompanhar e monitorar avanços das UCs e demais componentes do Programa ARPA em relação às metas estabelecidas pelo CP, e o cumprimento das Condições de Desembolso, e sua execução físico-financeira pelas UCs; discutir e propor o ajuste de procedimentos relacionados à rotina operacional do Programa ARPA e seus documentos de base; e propor ao CP adequações de metodologias técnicas utilizadas para o alcance do Objetivo ARPA.



10 - **Manual Operacional do Programa ARPA - MOP** é o instrumento que estabelece as rotinas gerenciais, atividades e procedimentos do Programa ARPA, o qual deve ser observado por todos os parceiros.

11 - **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO** é a associação civil sem fins lucrativos certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e nomeada pelo Comitê do Fundo de Transição como gestora do FT, devendo atuar, em relação ao FT, de acordo com o estabelecido nos contratos de doação e, notadamente, com as regras e procedimentos estabelecidos no MOP para desembolso e aplicação dos recursos do FT.

12 - **Unidade de Conservação - UC** é definida pela Lei nº 9985/00, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, art. 2º, inciso I, como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

13 - **Plano de Manejo** é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem orientar o uso da sua área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

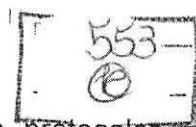
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICIPES

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I - compete ao ICMBio:

- a) Alocar recursos orçamentários para as UCs do Programa ARPA sob seu controle;
- b) Dotar de pessoal as UCs do Programa ARPA sob seu controle, de acordo com os Marcos Referenciais do Programa ARPA e necessidades de gestão das UCs;
- c) Elaborar estudos para a criação de UCs Federais, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa ARPA, e fornecer ao MMA a base cartográfica em formato digital das áreas propostas para apoio do Programa ARPA;
- d) Garantir a consolidação das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- e) Garantir a manutenção das UCs apoiadas pelo Programa ARPA, e a execução das atividades relacionadas a sua administração, bem como a disponibilização de equipes administrativas básicas, tudo de acordo com os Marcos Referenciais aplicáveis;
- f) Elaborar os Planos de Manejo das UCs abarcadas pelo Programa ARPA, bem como disponibilizá-los aos parceiros quando aprovados, conforme estabelecido no MOP;
- g) Executar os Planos de Manejo das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- h) Elaborar o detalhamento dos Planos Estratégicos Plurianuais dentro dos tetos orçamentários estabelecidos pelo MMA e pelo CP;

- i) Fornecer as informações necessárias para que o FUNBIO possa executar os orçamentos bianuais aprovados, bem como informar os locais de entrega e pessoal responsável pelo acompanhamento dos serviços contratados, especificações e termos de referência na forma e com o conteúdo exigidos pelos processos de compras e contratações efetuadas pelo FUNBIO;
- j) Prestar, sempre que solicitado, todo e qualquer esclarecimento ao FUNBIO e ao MMA, permitindo amplo acesso às informações e documentos, compartilhando mecanismos relacionados à execução do Programa ARPA;
- k) Informar imediatamente ao FUNBIO toda e qualquer alteração unilateral e/ou descumprimento dos serviços contratados pelo FUNBIO para que o mesmo possa atuar de forma a remediar a situação ou, se for o caso, tomar as medidas legais cabíveis contra os prestadores dos serviços;
- l) Recepcionar os prestadores de serviços contratados pelo FUNBIO, supervisionar e fornecer suporte para o adequado cumprimento dos contratos, como acesso à(s) UC(s) (quando necessário) ou a informações;
- m) Acompanhar as atividades de execução dos serviços e zelar pelo seu desempenho nas condições, forma e prazos contratados pelo FUNBIO, avaliando seus resultados;
- n) Adotar os procedimentos estabelecidos no MOP;
- o) Informar ao FUNBIO, por ocasião da realização de viagens necessárias e de acordo com as previsões orçamentárias estabelecidas, os dados dos servidores de seu quadro, de outros órgãos governamentais ou terceiros, que tenham sido destacados para a execução dessas atividades, inclusive informando se são funcionários públicos ou não;
- p) Elaborar os Termos de Referência que servirão de base para a contratação dos serviços e as especificações técnicas para a aquisição de bens visando à execução dos Planos Estratégicos Plurianuais;
- q) Implementar a gestão da UC de forma participativa, por meio de Conselhos ou dispositivos específicos de cada UC;
- r) Proteger e garantir a integridade física das UCs, por meio da alocação das formas de fiscalização e controle disponíveis, e quando necessário solicitar ação supletiva do poder de polícia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA);
- s) Viabilizar a participação dos seus servidores lotados nas UCs nos fóruns, reuniões e treinamentos realizados pelo Programa ARPA;
- t) Indicar, em cada UC apoiada pelo Programa ARPA, um servidor que será o ponto focal do Programa ARPA na UC;
- u) Apoiar a elaboração de relatórios de desempenho de consolidação das UCs e outros documentos necessários para o monitoramento e gestão do Programa ARPA;

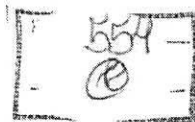


- v) Implementar o monitoramento de conservação da biodiversidade (incluindo protocolos básicos de biodiversidade, uso de recursos, e integridade da paisagem) e indicadores socioeconômicos nas suas UCs;
- w) Preparar relatórios financeiros de contrapartida física e financeira para o MMA; e
- x) Prover informações e apoiar a elaboração dos relatórios previstos no Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP, de acordo com as responsabilidades descritas para cada instituição.

Parágrafo único: O ICMBio não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por quaisquer atividades ou obrigações que não tenha assumido expressamente nesse instrumento.

II - compete ao FUNBIO :

- a) adquirir em seu nome, com recursos do Fundo de Transição, observado o disposto no MOP, e doar ao ICMBio, mediante Termo de Doação, os bens necessários para a implementação dos Planos Estratégicos Plurianuais, previamente definidos e aprovados pelo Comitê de Programa, conforme as regras definidas na legislação brasileira e nos contratos de doação, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA;
- b) contratar em seu nome, com os recursos do Fundo de Transição, observado o disposto no MOP, ações previamente definidas nos Planos Estratégicos Plurianuais, previamente definidos e aprovados pelo Comitê de Programa, conforme as regras definidas na legislação brasileira e nos contratos de doação, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA;
- c) apoiar com os recursos do Fundo de Transição, observados os procedimentos de desembolso e aplicação dos recursos do FT estabelecidos no MOP, a implementação, dos gastos previamente definidos nos Planos Estratégicos Plurianuais em conformidade com o estabelecido nos cronogramas de desembolso e aprovados pelo Comitê do Programa, conforme as regras estabelecidas nos contratos de doação firmados entre o FUNBIO e os doadores, e a legislação brasileira, observados os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA;
- d) atuar como gestor do Fundo de Transição, em conformidade com as regras e procedimentos estabelecidos no MOP ou, notadamente, o estabelecido no MOP;
- e) implementar as decisões do Comitê de Programa, salvo nos casos em que contrarie sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, seu regimento interno ou seu *modus operandi*;
- f) disponibilizar e apresentar sempre que solicitado informações relativas à execução das atividades sob sua responsabilidade conforme estabelecido no Manual Operacional do Programa ARPA;



§1º O FUNBIO não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações que não tenha assumido expressamente neste instrumento

§2º O FUNBIO não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações assumidas por qualquer órgão ou entidade executora do Programa;

§3º Os bens a que se refere a alínea "a" do inciso II serão doados ao ICMBio mediante a assinatura de Termo de Doação, contendo as especificações necessárias, e serão imediatamente incorporados ao patrimônio do ICMBio.

III - compete ao Ministério do Meio Ambiente:

- a) Coordenar a execução do Programa ARPA, visando à criação e consolidação de, ao menos, 60 (sessenta) milhões de hectares de UCs no bioma Amazônico, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa;
- b) Promover a articulação entre os Órgãos Gestores das UCs apoiadas pelo Programa ARPA, o FUNBIO, o CP e o CFT;
- c) Buscar o aporte de recursos financeiros necessários para a implementação do Programa ARPA no âmbito do Governo Federal, disponibilizados por meio do orçamento anual da União, para atividades nas UCs e pela UCP;
- d) Envidar esforços para viabilizar pessoal adequado, nas UCs e na UCP, para a execução do Programa ARPA;
- e) Presidir e manter o CP;
- f) Manter a Unidade de Coordenação do Programa - UCP, para o exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do Programa ARPA e que funcionará como Secretaria Executiva para o CP, responsável pela comunicação entre CP e CFT;
- g) Convocar e manter o Painel Científico de Aconselhamento do Programa - PCA, e coordenar e convocar o Fórum Técnico e a Comissão de Gestores;
- h) Organizar o processo de alocação de recursos nos orçamentos bianuais das UCs em conjunto com o FUNBIO;
- i) Revisar os orçamentos bianuais propostos pelas UCs e Órgãos Gestores no que tange à elegibilidade dos serviços e insumos planejados em relação às regras do FT;
- j) Consolidar, anualmente, todos os relatórios financeiros e de implementação referentes às UCs apoiadas pelo Programa ARPA, conforme Relatório de Implementação e Progresso Financeiro do ARPA, descrito no item A do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- k) Monitorar o cumprimento dos planos de consolidação das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;



- l) Disponibilizar ao CP e ao CFT os dados referentes à alteração da cobertura florestal por UC, ao monitoramento da biodiversidade, as novas UCs criadas e os indicadores de benefícios socioambientais bienalmente;
- m) Elaborar, e apresentar ao CP, o Relatório Compreensivo de Progresso do ARPA, conforme Relatório Compreensivo de Progresso do ARPA descrito no item B do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP, fazendo uso dos dados e análises apresentados pelos Órgãos Gestores;
- n) Elaborar, e apresentar ao CP, o Relatório Bianual de necessidades financeiras do Programa ARPA, conforme Plano Bienal de Necessidades Financeiras do ARPA descrito no item C do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- o) Elaborar o Relatório de Análise Financeira anualmente, conforme Validação do Modelo de Custo descrito no item G do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- p) Elaborar o Relatório de Avaliação de Efetividade, a cada cinco anos, conforme Relatório de Avaliação de Efetividade Estendida descrito no item D do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- q) Manter, atualizar e realizar análises regularmente da modelagem de custos e da modelagem financeira do Programa ARPA, conforme Relatório de Modelo de Custo E Revisão do Modelo Financeiro descrito nos itens E e F do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- r) Monitorar, em conjunto com o ICMBio, o cumprimento das Condições de Desembolso do Fundo de Transição;
- s) Consolidar, anualmente, o relatório de equipe alocada nas UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- t) Zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos e doados pelo FUNBIO.

CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS

No que concerne aos bens adquiridos em nome do FUNBIO e doados ao ICMBio esse se compromete a:

- a) utilizar os bens doados única e exclusivamente na execução do Programa ARPA, sendo vedada a alienação, bem como utilização para qualquer outro fim, enquanto durar o Programa ARPA;
- b) registrar em seu patrimônio os bens doados e informar ao FUNBIO no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da entrega desses, os números de patrimônio de cada bem;
- c) afixar nos bens objeto de doação, em local de fácil visualização, conforme o caso placas ou adesivos, contendo a logomarca do Programa ARPA e os seguintes dizeres "Programa Áreas

Protegidas da Amazônia - ARPA";



d) responsabilizar-se pelo perecimento ou deterioração natural dos bens doados, a partir do momento do seu recebimento, ainda que o fato tenha advindo de caso fortuito ou força maior. Em nenhuma circunstância o FUNBIO ficará obrigado a restituir os referidos bens ou a indenizar o ICMBio.

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTICÍPES

Cada Partícipe se responsabiliza pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes, na execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

Parágrafo Primeiro. Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como despesas relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

Parágrafo Segundo. Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente Acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Acordo.

CLÁUSULA SETIMA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Acordo serão atribuídos aos Partícipes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal dos Partícipes.

CLÁUSULA OITAVA - DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICIDADE

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente **Acordo de Cooperação Técnica**, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Acordo, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 e alterações posteriores, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

Parágrafo único: o uso da marca e da logomarca do Programa ARPA deverá atender ao Manual de Aplicação da Marca do Programa.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente **Acordo de Cooperação Técnica** terá a vigência de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos Partícipes, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

Este **Acordo de Cooperação Técnica** poderá ser alterado, de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifesto previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, fica designado o Comitê do Programa como responsável pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

Parágrafo único: Por meio de Portaria Ministerial será publicada a composição do referido Comitê de Programa, nos termos do Decreto de regência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Acordo, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Acordo poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial pela Administração Pública e em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Fica assegurado o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao ICMBio providenciar a publicação do extrato do presente Acordo no Diário Oficial da União na forma da lei e prazo estabelecidos no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO

O Manual Operacional do Programa ARPA - MOP é parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO



Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, ressalvados os casos de competência originárias do Supremo Tribunal Federal-STF.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília, de de 2014.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN
Presidente do Instituto Chico Mendes de
Conservação da Biodiversidade

ROSA MARIA LEMOS DE SÁ
Secretária Geral do FUNBIO

IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA
Ministra de Estado do Meio Ambiente

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:
CI:

Nome:
CPF:
CI:



Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Informações do Processo

Número do Processo: 02001.007843/2002-22

Data da Autuação: 09/09/2002

Interessado: FUNBIO

Assunto: ACORDO

Despachos

A CGCAP Para conhecimento da manifestação ju- rídica e providên- cias decorrentes.	A Dman, Pedimos providências de envio ao GABIN para anulação do AET entre Iambo e Funbio, para	2
13.02.14 Daise Rocha Corrêa Assessora Técnica DIMAN/ICMBio	interior remessa de carta ao MMA/SBF/PA Cum 18/2/14 Caio Marcio Palm Pamplona Coordenador-Geral CGCAP/DIMAN/ICMBio	4
Ao Gabinete, Para providenciar assinatura do Presidente e posterior envio ao DAP/SBF/MMA. 78/2/14 Bruna De Viza Silva Santos Assessora Técnica DIMAN/ICMBio 19/02/2014		6



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

EQSW 103/104, Bloco "C", complexo Administrativo Sudoeste
Caixa Postal nº 7993 - CEP: 70670-350 - Brasília/DF. Telefone (61) 3341-9011/9013

Ofício nº **113** /2014-GABIN/PRESI/ICMBioBrasília, **24** de fevereiro de 2014.

Ao Senhor

FERNANDO COUTINHO PIMENTEL TATAGIBA

Chefe de Gabinete

Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF

Ed. Marie Prendi Cruz

SEPN 505 Norte, Bloco "B", 5º andar, sala 502

70730-542 Brasília/DF

Assunto: **Acordo de Cooperação Técnica – Processo nº 02001.007843/2002-22.**

Senhor Chefe de Gabinete,

1. Encaminhamos, em anexo, o Processo supramencionado, contendo à contracapa, três vias originais do Termo de Cooperação Técnica entre este Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Fundo Brasileiro para Biodiversidade com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente, que tem como objeto a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, após assinatura do Presidente deste Instituto.

Atenciosamente,

ROBERTO RODRIGUEZ SUAREZ

Chefe de Gabinete



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
GABINETE**

SEPN – 505 Norte – 5º Andar – Sala 506 – Edifício Marie Prendi Cruz
contato: 2028-2039/2192

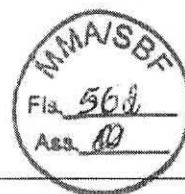
C2001.007843/2002-22

AO DAP,

P/ AVALIAÇÃO E PROVIDÊNCIAS.

Fernando C. P. Tatagiba
Chefe de Gabinete da SBF

12/05/14



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Biodiversidade e Florestas

NOTA TÉCNICA nº 23 /2014 / SBF / MMA

Brasília/DF 22 de maio de 2014.

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica entre ICMBio e FUNBIO, com interveniência do MMA visando a implementação do Programa ARPA para a vida.

1. DESTINATÁRIO

Consultoria Jurídica - CONJUR/MMA

2. INTERESSADO

Departamento de Áreas Protegidas - Secretaria de Biodiversidade e Florestas -DAP/SBF

3. REFERÊNCIA

3.1. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

3.2. Decreto nº 4.326, de 8 de agosto de 2002 , que institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, e dá outras providências.

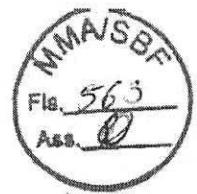
4. FUNDAMENTAÇÃO/ANÁLISE TÉCNICA/PARECER

4.1. Trata-se de solicitação de manifestação acerca do Despacho nº 0042/2014/PFE-ICMBio/SEDE/PGF/AGU que declarou apto o Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado com o FUNBIO, tendo em vista a implementação de nova etapa do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.

4.2. Conforme apresentado na Nota Técnica acostada às fls. 536/541, outros Acordos de Cooperação Técnica para o Programa ARPA foram assinados desde 2004, para as diferentes fases do Programa que teve como destaque, no âmbito da criação e consolidação de Unidades de Conservação, o desenvolvimento de mecanismos de associação de marcos referenciais e provisão de recursos assegurados por doações e um arranjo financeiro com o FUNBIO.

4.3. Merece destaque o Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União - TC 034.496/2012-2, o qual dispõe nos itens 338 e 339 o seguinte:

"...Ademais, em um cenário de escassez de recursos financeiros e humanos para o Snuc, o estabelecimento de parcerias se



mostra de grande importância para o incremento e avanço da governança de unidades de conservação, considerando-se ainda o grande interesse internacional existente pela região amazônica.

Acerca das boas prática, em que pesem as dificuldades apontadas anteriormente, identificou-se que o MMA tem conseguido firmar parcerias no sentido de captar recursos financeiros junto aos doadores internacionais para o financiamento de atividades nas unidades de conservação, **a exemplo do Programa Arpa**, e projetos de cooperação internacional, tais como Gef-marinho, Gef-terrestre e iniciativa LifeWeb." (g.n)

4.9. Nesse sentido foi proposto novo Acordo de Cooperação Técnica - ACT que visa adequar o instrumento jurídico que rege as relações entre o ICMBio e o FUNBIO, nos mesmos moldes em foi realizado e aprovado anteriormente no âmbito desse processo no ano de 2012.

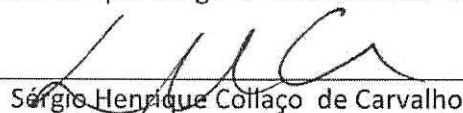
4.10. Destaca-se que ACT sob exame se coaduna com o Acordo de Cooperação Técnica proposto entre o MMA e o FUNBIO aprovado por esta CONJUR no Parecer nº 164/2014/CONJUR/MMA/CGU/AGU/jmloa, trazendo o novo arranjo do Programa ARPA.

4.11. Tendo em vista a interveniência do MMA no presente Acordo, bem como a celebração de Acordo semelhante entre o MMA e o FUNBIO caracteriza-se necessária a avaliação da presente minuta pela Consultoria Jurídica desse MMA.

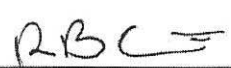
5. CONCLUSÃO

5.1 Considerando a reformulação do Programa ARPA por meio da Iniciativa ARPA para a Vida, é necessária a revisão dos instrumentos que compõem o arcabouço normativo/jurídico do Programa adequado ao novo modelo proposto.

5.2. Isto posto, sugiro encaminhar a minuta do Acordo de Cooperação Técnica entre o ICMBio e o FUNBIO com a interveniência do MMA para análise e considerações da CONJUR no que tange à conformidade com os dispositivos legais vigentes.


Sérgio Henrique Collaço de Carvalho
Diretor de Área Protegidas - DAP/SBF

De acordo. Encaminhe-se a CONJUR para análise.


Roberto Brandão Cavalcanti
Secretário de Biodiversidade e Florestas



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

DESPACHO Nº 006 /2014/CONJUR/MMA/jmloa

Referência: Processo Nº 02001.007843/2002-22

Interessado: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica entre ICMBio e FUNBIO

1. Trata-se de minuta de acordo de cooperação técnica a ser celebrado entre o ICMBio e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, tendo o Ministério do Meio Ambiente - MMA como interveniente.
2. Tendo em vista a baixa complexidade das atribuições referentes ao MMA no documento proposto, a nota técnica do Departamento de Áreas Protegidas – DAP, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF do MMA acostada aos autos, e já ter ocorrido apreciação jurídica do instrumento pela Procuradoria Especializada do ICMBio. Para fins de economia processual, ratifico os termos do Parecer nº0043/2014/PFE-ICMBIO/SEDE/PGF/AGU e o DESPACHO Nº 0042/2014/PFE-ICMBIO/SEDE/PGF/AGU para aprovar a minuta de acordo de cooperação proposta.
3. Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente para assinatura

Brasília, 20 de maio de 2014.

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA
Advogado da União
Consultor Jurídico/MMA



RCFV 103
29 05 14

Estatuto Social de
Associação Civil Sem Fins Lucrativos (ACSFL)

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO

CAPÍTULO I.....	2
Da Denominação, Natureza, Sede e Duração.....	2
CAPÍTULO II.....	2
Dos Objetivos	2
CAPÍTULO III.....	4
Da Composição Social e Responsabilidade De Seus Membros	4
• Seção I – Da Responsabilidade e Preposição	4
• Seção II – Dos Associados.....	4
• Seção III – Da Admissão	4
• Seção IV – Dos Direitos e Deveres.....	5
• Seção V – Da Exclusão	5
CAPÍTULO IV.....	6
Do Conselho Consultivo.....	6
CAPÍTULO V	7
Do Patrimônio e Da Aplicação dos Recursos	7
• Seção I – Do Patrimônio.....	7
• Seção II – Da Aplicação de Recursos.....	8
• Seção III – Da Prestação de Contas	8
• Seção IV – Da Extinção.....	9
CAPÍTULO VI.....	9
Da Administração.....	9
• Seção I – Dos Órgãos e Aspectos Gerais.....	9
• Seção II – Do Conselho Deliberativo.....	10
• Seção III – Da Composição do Conselho Deliberativo.....	11
• Seção IV – Das Atribuições do Conselho Deliberativo	12
• Seção V – Das Reuniões Plenárias do Conselho Deliberativo.....	13
• Seção VI – Das Comissões Técnicas de apoio ao Conselho Deliberativo e à Secretaria Executiva	14
• Seção VII – Da Comissão de Finanças e Auditoria	15
• Seção VIII – Do Comitê Executivo.....	15
• Seção IX – Do Comitê de Nomeação e Governança	16





OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS DE NOTAS
Rua do Arco, 28 - Centro - RJ - CEP: 20053-3459 - Telefone: 253-3459 - Telex: 51010 - Telex: 51010
Certifico e dou fe que a presente cópia e a reprodução fiel do
documento que me foi apresentado, como sendo o original.
EAMJ 13943-WLL Com. 10/14. Serventia: 4.10 36% TJ + FUNDOS: 1.48
Rio de Janeiro, 16/09/2014. **CLEBER DE FREITAS** DO AMARAL
94-16300
REG. CONTRATO





•	17
• Seção X - Do Presidente do Conselho Deliberativo	17
• Seção XI - Da Secretaria Executiva	18
• Seção XII - Do Secretário Geral	18
Capítulo VII	19
Das Disposições Gerais	19

ESTATUTO DO FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO

CAPÍTULO I

Da Denominação, Natureza, Sede e Duração

Artigo 1º – O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio é uma associação civil sem fins lucrativos que se regerá por este Estatuto e pela legislação em vigor.

Parágrafo único – Aos associados, conselheiros, empregados, benfeitores ou doadores não será admitida, por ser incompatível com a missão do Funbio, a distribuição de lucros, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, ou quaisquer outras vantagens pecuniárias auferidas mediante o exercício das atividades do Funbio.

Artigo 2º – O Funbio tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Voluntários da Pátria n 286, 5º andar, Botafogo, CEP 22270-010, podendo abrir filiais em outras cidades da federação e no exterior.

Artigo 3º – O Funbio tem duração indeterminada.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Artigo 4º – O Funbio tem por finalidade aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade no Brasil, tendo como referência geral as diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), considerando, inclusive, as relações

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar, CEP: 22270-014 - Rio de Janeiro RJ Brasil
Tel: (55 21) 2123-5300 Fax: (55 21) 2123-5354 funbio@funbio.org.br www.funbio.org.br





94-16300 CLEBER BITTENCOURT DO AMARAL Total: 5,86



FUNBIO

entre a biodiversidade e outras questões ambientais globais, conexas. Seu fim e objetivo prevêem, especialmente, o suporte a essas iniciativas, suprindo e/ou diligenciando para que obtenham apoio financeiro, técnico e material. O Funbio deve, na consecução de seus objetivos maiores e finais, especialmente:

I – apoiar a implementação de programas, projetos e outras iniciativas, suprindo e fornecendo recursos técnicos, materiais e financeiros para sua execução, de origem própria ou não, podendo, inclusive, fornecer bolsas e auxílios de estudos e de pesquisas;

II – promover e participar de parcerias com o Poder Público, com a Sociedade Civil e com a iniciativa privada, no desenvolvimento de suas atividades;

III – contribuir, nos marcos do desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento de iniciativas públicas e privadas promotoras de desenvolvimento social, geradoras de trabalho e renda e repartidoras justas e equitativas de benefícios para as populações locais ou tradicionais;

IV – fomentar programas e projetos inovadores, testes de modelos e metodologias participativas e multidisciplinares;

V – gerar e disseminar informações, elaborar estudos e diagnósticos, bem como fazer recomendações sobre ações prioritárias, estratégias e políticas públicas no seu campo de atuação, inclusive considerando os pontos de vista dos seus parceiros e de grupos de interesse associados a sua missão ;

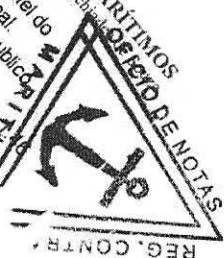
VI – implementar ou apoiar ações de capacitação de recursos humanos, de intercâmbio técnico, de educação ambiental e de fomento de atividades de pesquisa e estudos;

VII – participar e contribuir em eventos e estudos relacionados com o aprimoramento da legislação ambiental, visando à proteção da biodiversidade brasileira e dos direitos decorrentes da sua utilização e exploração.

Parágrafo Único – Para atendimento de sua finalidade, o Funbio poderá licenciar e comercializar produtos com a sua logomarca publicar e comercializar material técnico-científico com o seu nome, prestar serviços remunerados de capacitação, treinamento e assessoria a pessoas jurídicas públicas ou privadas, objetivando captar recursos, os quais serão única e exclusivamente direcionados à sustentabilidade



OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22531-3459 - Telefone: Alor. Melchior
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente cópia e a reprodução fiel do
documento que me foi apresentado, como sendo o original.
EAMJ 13945-CHD Consiste em <https://www3.tj.rj.jus.br/sitepublico>
Rio de Janeiro, 16/09/2014. Serventia: 4, 10 36% TJ + FUNDOS: 1,14%
94-16300 CLEBER BITTENCOURT DO AMARAL Total: 5,86%





FUNBIO

do Funbio e ao desenvolvimento e execução das atividades a que se destina.

Artigo 5º – A atuação do **Funbio** será pautada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, sustentabilidade e eficiência.

CAPÍTULO III

Da Composição Social e Responsabilidade De Seus Membros

- **Seção I – Da Responsabilidade e Preposição**

Artigo 6º – Os Conselheiros do **Funbio** serão seus associados e não responderão, em qualquer situação, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

Artigo 7º – A nenhum associado do **Funbio** será intuída a preposição ou representação da entidade, sem que porte instrumento expresso e determinado de outorga ou delegação ou, ainda, ocupe cargo ou função determinados expressamente neste Estatuto.

- **Seção II – Dos Associados**

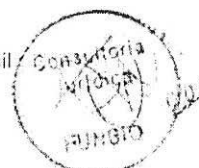
Artigo 8º – O **Funbio** será composto por uma única categoria de associados, denominada Conselheiros.

Parágrafo 1º – Os Conselheiros que compõem o quadro de associados do **Funbio**, são aqueles que estão no pleno exercício de seus direitos sociais e funções como membros do Conselho Deliberativo do **Funbio**, conforme artigos 37 (trinta e sete) a 42 (quarenta e dois) deste Estatuto.

Parágrafo 2º – Os associados que participaram da Assembléia de Fundação do **Funbio** passarão a dispor da denominação de "Fundadores", sem que tal denominação signifique direito ou dever distinto da categoria que integrar.

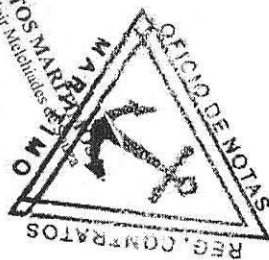
- **Seção III – Da Admissão**

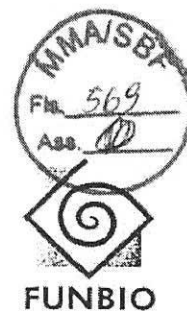
Artigo 9º – A admissão dos associados (Conselheiros) dar-se-á por decisão da maioria simples dos membros do Conselho Deliberativo, e, quando para o preenchimento de suas próprias vagas, respeitará as regras de proporcionalidade e representatividade descritas neste Estatuto.





OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARBRYN
Rua do Acre, 25 - Centro - RJ - Tel.: 2253-1459 - Tabelião Alcir Medeiros de
A U T E N T I C A D O
Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do
documento que me foi apresentado, sendo o original.
EAMJ 13946-DDO Consultado em 10/03/14 - 36% TJ + FUNDOS: 1,46
Rio de Janeiro, 16/09/2014. Serventia
94-16300 CLEBER BITTENCOURT DO AMARAL Total: 5,86





REC 12
29 05 14

Parágrafo único – Somente será admitido associado que tenha obtido indicação de algum Conselheiro, ou da Secretaria Executiva observado o disposto no artigo 41 (quarenta e um) desse Estatuto.

• **Seção IV – Dos Direitos e Deveres**

Artigo 10 – Aos Conselheiros caberá a gestão do **Funbio**, nos termos deste Estatuto, cumprindo-o e fazendo com que se cumpram suas determinações.

Parágrafo único – Não haverá distinção em direitos e deveres entre os associados fundadores e os não fundadores.

Artigo 11 – São direitos dos associados:

- I – Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias e deliberar sobre assuntos que tenham sido submetidos a este órgão;
- II – Votar e ser votado para os cargos eletivos do **Funbio**;
- III – Frequentar a sede social da entidade;
- IV – Propor a admissão de novos associados;

Artigo 12 – São deveres dos associados:

- I – Cumprir as disposições do Estatuto Social;
- II – Não adotar condutas que possam macular o bom nome da entidade;
- III – Comparecer, quando convocados, às reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IV – Integrar as comissões para as quais forem designados e cumprir os mandatos recebidos;
- V – Desenvolver com empenho e probidade os cargos para os quais forem eleitos.

• **Seção V – Da Exclusão**

Artigo 13 – O Conselheiro que se ausentar, consecutivamente, a 03 (três) reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo, sem prévia justificativa, perderá seu mandato.

Parágrafo único – A vacância derivada da aplicação deste artigo deverá ser declarada pelo Conselho Deliberativo e seu preenchimento





OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - Tel: (21) 224-1459 - Tabelião Alcir Melchindes de Souza
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado com sendo o original.
EAMJ 13942-TCX Consult. 16/09/2014. Serventia: 4, 10
Rio de Janeiro, 16/09/2014. 36% TJ + FUNDOS: 1,16
94-16300 CLEBER BITTENCOURT DO AMARAL Total: 5,86
REG. CONTRATOS
OFÍCIO DE NOTAS
ÚLTIMO



FUNBIO

deverá ter prioridade na substituição periódica estipulada aos membros daquele colegiado.

Artigo 14 – O associado que se manifestar ou agir contrariamente aos objetivos descritos neste Estatuto e nos códigos de conduta que o **Funbio** vier a adotar poderá ser excluído do quadro associativo, mediante decisão do Conselho Deliberativo tomada em reunião plenária especialmente convocada para este fim, oportunidade na qual será dada ao associado ameaçado de exclusão o direito de ampla defesa.

Artigo 15 – O Conselho Deliberativo decidirá e aplicará penalidades aos associados do **Funbio**, caso e quando couberem.

Artigo 16 – Toda penalidade, inclusive a de exclusão, será proposta, decidida e passível de revisão pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 17 – Não será readmitido no **Funbio** aquele que tenha sido apenado com a exclusão de seu quadro social enquanto vigorar a sanção estabelecida.

Artigo 18 – O Conselheiro perderá a condição de associado ao fim do seu mandato e/ou sempre que prestar serviços remunerados ao **Funbio**.

Artigo 19 – O ato de associar-se ao **Funbio** designa livre intenção de associação e inclui expressa opção de estipulação de juízo arbitral, nos litígios que envolvam os membros e ex-membros do **Funbio**, em relação à instituição e seus órgãos e decisões.

Parágrafo Primeiro– A corte arbitral será composta pelo Conselho Consultivo do **Funbio**.

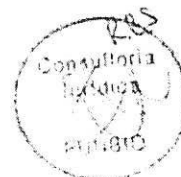
Parágrafo Segundo - A corte arbitral será convocada e presidida pelo Presidente do CD.

Parágrafo terceiro- A instalação da Corte Arbitral se dará com a presença de pelo menos 20 % (vinte por cento) dos Conselheiros Consultivos. O quorum mínimo para deliberação pela Corte Arbitral é da maioria absoluta dos presentes.

CAPÍTULO IV

Do Conselho Consultivo

Artigo 20 – O Conselho Consultivo é uma unidade de aconselhamento, formada por ex-associados (ex-Conselheiros) da entidade, podendo também integrá-lo novos conselheiros, servindo como instrumento de aconselhamento técnico para o **Funbio**,



OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20031-140
Tabela de Alíquotas - Tabelião Alair Melchior de Almeida
Certifico e dou fé que a presente cópia e a reprodução fiel do
documento que me foi apresentado como sendo o original
EAMJ 13938-HPD Consórcio em https://www3.trt.jus.br/site/pt-br/consorcio
Rio de Janeiro, 16/09/2014. Ver autenticidade.
94-16300 CLEBER BATISTEIRA COURT DO AMARAL Total 36% TJ + FUNJUS
O



EG. CONTRATO



FUNBIO

zelando e auxiliando-o na consecução de seus objetivos, sem que, contudo, tenha qualquer responsabilidade social na sua gestão e administração da instituição.

Parágrafo único – Será admitido o novo conselheiro que tenha sido convidado pelo Conselho Deliberativo ou pela Secretaria Executiva e manifestado sua aceitação, dentre pessoas com interesse e conhecimento nas áreas de atuação do Funbio, portadoras de competências específicas e capazes de contribuir para que o Funbio opere adequadamente.

Artigo 21 – É da competência do Conselho Consultivo compor a Corte Arbitral.

Artigo 22 – O Conselho Consultivo reunir-se-á:

I – sempre que for convidado pelo Conselho Deliberativo ou pela Secretaria Executiva a participar de discussões colaborativas quanto a temas relacionados às atividades do Funbio ;

II – livremente e sem quorum mínimo obrigatório, por convocação do Presidente do Conselho Deliberativo.

Parágrafo 1º – A Secretaria Executiva do Funbio auxiliará, material e tecnicamente, o Conselho Consultivo quando da convocação de suas reuniões, possibilitando a ampla participação de seus membros.

Parágrafo 2º – Será facultado aos membros do Conselho Consultivo integrar as Comissões Técnicas e a Comissão de Finanças e Auditoria, com direito a voz e voto e a participação na última reunião anual do Conselho Deliberativo, com direito a voz.

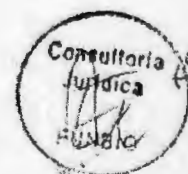
CAPÍTULO V

Do Patrimônio e Da Aplicação dos Recursos

• Seção I – Do Patrimônio

Artigo 23 – O patrimônio do Funbio provém das seguintes fontes:

- I – doações, legados, heranças e cessão de direitos;
- II – bens e direitos provenientes de rendas patrimoniais;
- III – bens e direitos derivados das atividades exercidas pela entidade;
- IV – quaisquer outras rendas legalmente admitidas.





OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - Tel: (21) 223-4159 - Tabelião Alcir Melchior
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do
documento que me foi apresentado, sendo o original
EAMJ 13939-JCI Consultoria e Assessoria Ltda. 4. 36% TJ + FUNDOS: 1,46
Rio de Janeiro, 16/09/2014. Selo
94-16300 CLEBER BITTENCOURT DO AMARAL Total: 5,86





FUNBIO

• **Seção II – Da Aplicação de Recursos**

Artigo 24 – Todo patrimônio e receitas do **Funbio** deverão ser investidos nos objetivos a que se destina a entidade, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários a seu funcionamento administrativo.

Parágrafo Único – Os Fundos Fiduciários constituídos com recursos provenientes de doações para o apoio a Programas e Projetos elaborados e/ou geridos pelo **Funbio** terão sua finalidade e governança definidas em contratos e detalhadas em manuais operacionais. Em particular, serão definidos o mandato e o processo decisório sobre o uso destes recursos no período pós-contratual ou posterior à finalização dos referidos Programas e Projetos. Os citados contratos e manuais operacionais serão elaborados com a colaboração dos doadores e dos representantes legais das instâncias deliberativas dos respectivos Programas e Projetos. Os Manuais Operacionais deverão respeitar as disposições de cláusulas contratuais condicionantes, previamente existentes, e deverão ser submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo do **Funbio** além de depositados no Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 25 – Na hipótese de formação de vínculos de colaboração com o Poder Público, por meio de Termo de Parceria, serão observadas as disposições contidas na Lei Federal 9.790/99, ou outra norma que vier a sucedê-la.

• **Seção III – Da Prestação de Contas**

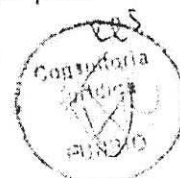
Artigo 26 – Obtida pelo **Funbio** a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a sua prestação de contas observará, no mínimo, o seguinte:

I – o atendimento dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

II – a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, conforme disposto no Artigo 11 do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999, permanecendo estes à disposição para exame por qualquer cidadão, na sede do **Funbio** e mediante solicitação por escrito; e

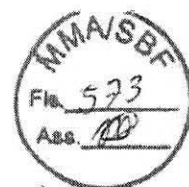
III – afixação, no átrio da sede do **Funbio**, das certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame por qualquer cidadão, na sede do **Funbio** e mediante solicitação por escrito;

Artigo 27 – A prestação de contas referente aos recursos e bens de origem pública recebidos pelo **Funbio**, em função dos Termos de Parceria celebrados com o Poder Público com base na Lei 9.790, de 23 de março de 1999, será disciplinada pelo



OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - Tel. (21) 2253-3359 - Insc. Est. Alor. N.º 12.111.111-11
Certifico e dou fé que o presente é cópia e a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
EAMU 13940-NLW Consult. 16/09/2014. 36% TJ + FUNDOS: 98,146
Rio de Janeiro, 16/09/2014. CLEBER BITTENCOURT DE AMARAL
94-16300 CLEBER BITTENCOURT DE AMARAL





FUNBIO

Parágrafo Único do artigo 70 da Constituição da República de 1988, podendo, a aplicação de tais recursos e bens, ser objeto de auditoria, conforme o disposto no artigo 19 do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999, que regulamentou a Lei em questão.

• Seção IV – Da Extinção

Artigo 28 – O Funbio será dissolvido por decisão do Conselho Deliberativo em Reunião extraordinária especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Parágrafo único – A extinção do Funbio que resulte de decisão unilateral do Conselho Deliberativo deve contar com a anuência de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

Artigo 29 – Extinto o Funbio, seu patrimônio líquido será revertido a pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, que possua objetivos ou exerça atividades afins aos do Funbio.

Parágrafo Único – Fica expressamente ressalvada a destinação específica de parcela do patrimônio que derive de doação condicionada, quando houver cláusula inequívoca e expressa que regule a destinação do patrimônio doado, em caso de extinção do Funbio.

Artigo 30 – Na hipótese de dissolução do Funbio durante o período em que perdurar qualificação obtida de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o seu patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como nos termos da Lei Federal 9.790/99, que tenha, preferencialmente, o mesmo objeto social do Funbio.

CAPÍTULO VI

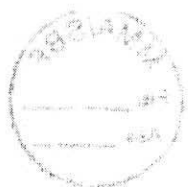
Da Administração

• Seção I – Dos Órgãos e Aspectos Gerais

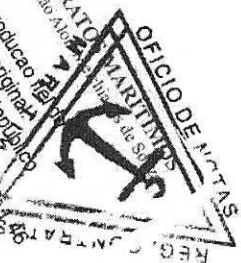
Artigo 31 – A administração do Funbio é exercida por seus órgãos, observadas as competências a eles atribuídas neste Estatuto.

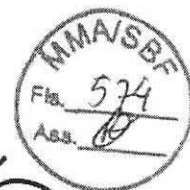
Parágrafo Único – O Funbio poderá adotar Regimento Interno que, depois de aprovado pelo Conselho Deliberativo, disciplinará seu funcionamento.





OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS
Rua do Arco, 20 - Centro - RJ - Tel.: (21) 2253-4459 - Tabelião Alvaro Martins
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do
documento que me foi apresentado com sendo o original
EAMJ 13941-RPS Consórcio Antilips/WW3-Infjus.br/Infjus.br
Rio de Janeiro, 16/09/2017. Serenita. 410 36% TJ + FUNDOS
94-16300 CLEBER BIRACOTA DE AMARAL Total: 5,86





FUNBIO

Artigo 32 – São órgãos do Funbio:

- I – Conselho Deliberativo;
- II – Conselho Consultivo;
- III – Comissão de Finanças e Auditoria,
- IV - Comissões Técnicas;
- V – Comitê Executivo;
- VI – Comitê de Nomeação e Governança,
- VII – Presidência do Conselho Deliberativo;
- VIII – Secretaria Executiva.

Artigo 33 – Aos membros do Conselho Deliberativo não será atribuída responsabilidade solidária ou subsidiária quanto aos atos praticados e derivados de decisão coletiva, que respeitem o Estatuto do Funbio e a lei brasileira.

Artigo 34 – Aos associados não será admitida a percepção de qualquer remuneração, nem mesmo para os que atuem na gestão executiva, ou exerçam quaisquer cargos que lhes sejam atribuídos.

Parágrafo Único – Inobstante o disposto no *caput* deste artigo, fica ressalvada a possibilidade do Funbio remunerar seus dirigentes não associados que atuem efetivamente em sua gestão executiva e aqueles que lhe prestarem serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados no mercado na região onde o Funbio exerce suas atividades, sendo certo que tal remuneração não poderá exceder, em seu valor bruto, ao limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal.

Artigo 35 – O Funbio adotará as práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes para coibir a obtenção de forma individual e coletiva de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Parágrafo único – Entende-se como benefícios ou vantagens pessoais aqueles obtidos pelos dirigentes da entidade e seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais e afins até o terceiro grau, ou por pessoas jurídicas dos quais os dirigentes sejam controladores ou detenham mais de dez por cento das participações societárias.

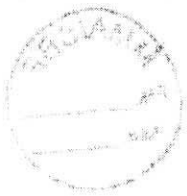
• **Seção II – Do Conselho Deliberativo**

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

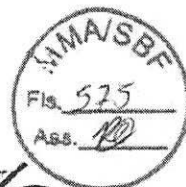
Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar, CEP: 22270-014 - Rio de Janeiro RJ Brasil
Tel: (55 21) 2123-5300 Fax: (55 21) 2123-5354 funbio@funbio.org.br www.funbio.org.br

10/20





OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS - AMARAL
 Rua da Acre, 28 - Centro - RJ - Tel: 21-2512-3159 - Tabelião Alcir Nogueira
 A C O P E N T I C A C I O N A L
 Certificado e dou feição a presente cópia e a reprodução fiel do original.
 documento que me foi apresentado como sendo o original.
 EAMJ13934-OLQ Contratos em <https://www3.rj.jus.br/registropublico>
 Rio de Janeiro, 16/09/2014. Sefrentia, 4:10
 36% TJ * FUNDOS: 1,46
 Total: 5,86
 94-16300 CLEBER BRENESBURTO AMARAL
 REG. CONTRATOS



FUNBIO

Artigo 36 – O Conselho Deliberativo, que corresponde à Assembleia Geral, é o órgão supremo do Funbio, de decisão colegiada, a quem compete a administração direta da entidade e a deliberação quanto a seus métodos e fins, observado o disposto no artigo 4º (quarto).

• **Seção III – Da Composição do Conselho Deliberativo**

Artigo 37 – O Conselho Deliberativo é composto pelos Conselheiros, pessoas físicas de reputação ilibada, comprometidas com a causa do Funbio e que sejam oriundas dos setores sociais abaixo indicados:

- I – Setor Empresarial;
- II – Setor Acadêmico;
- III – Setor Ambientalista não governamental.

Artigo 38 – A composição total do Conselho Deliberativo respeitará a equivalência entre os três setores acima apontados.

Parágrafo 1º – Os membros do Conselho Deliberativo serão denominados de Conselheiros e serão eleitos em número de 04 (quatro) por cada setor.

Artigo 39 – Compõem ainda o Conselho Deliberativo, em caráter especial, 02 (dois) Conselheiros, indicados como representantes respectivamente do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBio) ou de organismos federais que os sucedam, e dois membros representantes de órgãos governamentais ou empresas públicas que tenham atuação em áreas afins à de atuação aos objetivos do Funbio, a ser definido pelo Conselho do Funbio, que enviará convite à autoridade respectiva com a solicitação da nomeação. Nestes casos, o mandato será submetido ao interesse e determinação ministerial ou da autoridade respectiva, sem que haja prazo previamente determinado para seu cumprimento.

Artigo 40 – Os Conselheiros, exceto os referidos no artigo 39, terão mandato de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução.

Parágrafo Primeiro– Os Conselheiros tornar-se-ão Conselheiros Consultivos ao término de seu mandato, desde que manifestem expressamente o seu interesse à Secretaria Executiva.

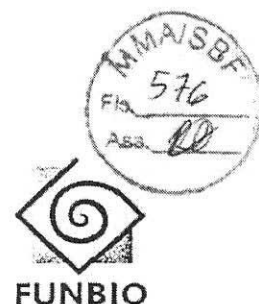
Parágrafo Segundo – Os membros do Conselho Deliberativo referidos no artigo 37 serão renovados à razão de 25% (vinte e cinco por cento) dos membros de cada setor por ano.





OFICIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARITIMOS
Rua do Arco, 28 - Centro - RJ - Tel: (21) 3233-3459 - Tabelião Alair Melchides de Souza
AUTENTICACAO
Certifico e dou fé que a presente copia e a reproducao fiel do
documento que me foi apresentado como sendo o original.
EAMU13985-RZVCC 18/09/2014
Rio de Janeiro, 18/09/2014. Serventia - 4, 10
36% TJ + FUNDOS
Total: 5,86
84-16300 CLEBER BRUNO COURTI DO AMARAL
OFICIO DE NOTAS
CONTRATOS

DA 040A
41 20 02



Artigo 41 – Os associados oriundos dos setores sociais indicados no artigo 37, serão selecionados a partir de indicação de conselheiros associados a esses mesmos setores, dentre pessoas com interesse e conhecimento nas áreas de atuação do **Funbio**, portadoras de competências específicas e capazes de contribuir para que o **Funbio** opere adequadamente na multiplicidade de frentes de trabalho que o cumprimento dos seus objetivos exigirem.

Parágrafo Primeiro – Independentemente do poder e competência plenos do Conselho Deliberativo de eleger seus membros, cada setor social poderá praticar processos próprios para a indicação dos candidatos preferenciais às vagas existentes.

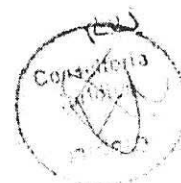
Parágrafo Segundo – A Secretaria Executiva poderá também indicar candidatos a Conselheiros para integrar o Conselho Deliberativo.

Artigo 42 – As vagas determinadas a um setor social, dentre aqueles indicados no artigo 37 e no artigo 39, não poderão ser preenchidas por pessoas que dele não sejam oriundas.

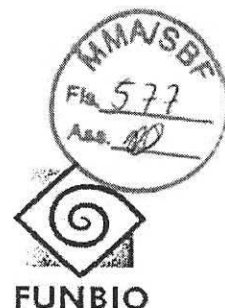
• **Seção IV – Das Atribuições do Conselho Deliberativo**

Artigo 43 – O Conselho Deliberativo, que corresponde à Assembléia Geral, terá por atribuições:

- I – definir o programa estratégico e operacional do **Funbio**;
- II – eleger e destituir seu Presidente e Vice-Presidente entre seus membros;
- III – eleger os membros que preencherão as vagas disponíveis do Conselho Deliberativo e aprovar o ingresso de novos associados;
- IV – aprovar, até o final de cada ano, o plano de trabalho e a conseqüente proposta orçamentária do **Funbio** para o exercício seguinte;
- V – aprovar, até 30 de junho de cada ano, o relatório anual do **Funbio**, a sua prestação de contas relativa ao exercício anterior e o parecer do auditor independente;
- VI – aprovar as diferentes iniciativas e instrumentos de realização de sua missão e objetivos;
- VII – supervisionar e aprovar processos de seleção de projetos, de definição dos recursos a eles destinados e de acompanhamento da sua execução;
- VIII – acompanhar a execução dos planos operacionais anuais aprovados e dos seus respectivos orçamentos;



[illegible]



ACFJ RJ
29 05 14

IX – aprovar normas operacionais, Regimentos Internos e códigos de conduta, bem como suas alterações;

X – aprovar a aceitação de doações com ou sem encargos, bem como outras que possam acarretar ônus de qualquer natureza;

XI – aprovar a aceitação de normas e procedimentos solicitados por doadores;

XII – aprovar a contratação das firmas que farão a gestão de ativos e auditoria independente;

XIII – selecionar, contratar e demitir o Secretário Geral;

XIV – aprovar alterações estatutárias;

XV – aprovar a extinção do **Funbio** e a destinação de seu patrimônio, conforme artigos 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e nove) deste Estatuto;

XVI – deliberar sobre todos os assuntos que digam respeito à gestão da entidade.

Parágrafo único – O Plano de Trabalho, a proposta orçamentária e a prestação de contas do exercício anterior serão objeto de acesso público, devendo o Conselho Deliberativo zelar pela sua publicação em meio eficaz.

• **Seção V – Das Reuniões Plenárias do Conselho Deliberativo**

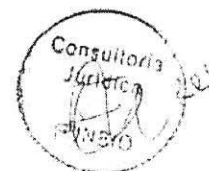
Artigo 44 – O Conselho Deliberativo se reunirá em Reuniões Plenárias:

I – ordinárias, 03 (três) vezes ao ano;

II – extraordinárias, sempre e quando necessário.

Artigo 45 – A convocação das Reuniões Plenárias do Conselho Deliberativo competirá ao seu Presidente ou, quando assim deliberar, a um quarto de seus membros, garantindo, contudo, a um quinto dos associados o direito de convocá-las, nos termos deste Estatuto.

Parágrafo 1º – As Reuniões Plenárias Ordinárias obedecerão a calendário fixado no plano anual de trabalho do **Funbio**, aprovado pelo Conselho Deliberativo no exercício anterior, cabendo à Secretaria Executiva diligenciar junto aos Conselheiros, visando ao cumprimento dessa agenda.





OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARTINOS
Rua do Acre, 23 - Centro - RJ - 21.020-345 - Telefone: 2533-3459 - Tabuleiro Almirante Nereu de Souza
A U F E N T E A C O
Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original.
documento que me foi apresentado como sendo o original.
EAMJ 13857-EHP Col. em nips. www.171jus.br/slepublico
Rio de Janeiro, 16/09/2014. Serventia 4, 10 36% TJ + FUNDOS
94-16300 CLEBER BENECOURT DO AMARAL Total: 5,86
O M T I M
C O N T R A T O S





FUNBIO

Parágrafo 2º – A tarefa de divulgação da convocação da Reunião Plenária Extraordinária caberá à Secretaria Executiva que, com a devida antecedência, dará ciência a todos os conselheiros, sempre que possível, com a comprovação do encaminhamento e/ou recebimento da notícia, podendo valer-se, para tanto, de todos os meios de comunicação disponíveis.

Artigo 46 – A Reunião Plenária do Conselho Deliberativo ocorrerá em primeira chamada, se presentes ao menos 1/3 (um terço) de seus membros efetivos em exercício e, em segunda e última, 30 (trinta) minutos após a primeira chamada, em qualquer número. Suas decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes, observados os limites deste Estatuto.

Parágrafo único – Todos os Conselheiros terão direito a voto nas Reuniões Plenárias do Conselho Deliberativo.

• **Seção VI – Das Comissões Técnicas de apoio ao Conselho Deliberativo e à Secretaria Executiva**

Artigo 47 – O Conselho Deliberativo poderá organizar Comissões, com o objetivo geral de orientar, de modo específico, o cumprimento dos múltiplos objetivos e obrigações do **Funbio** e de catalisar as competências específicas dos membros do Conselho, agrupando-as de tal forma que possam melhor servir às necessidades do **Funbio**.

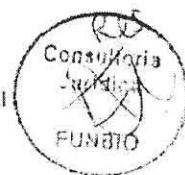
Parágrafo 1º – As Comissões serão instâncias de análise, aconselhamento e recomendação ao Conselho Deliberativo e à Secretaria Executiva do **Funbio**, podendo, extraordinariamente, exercer capacidade decisória, por delegação expressa e determinada do Conselho Deliberativo.

Parágrafo 2º – Os membros das Comissões Técnicas serão designados pelo Conselho Deliberativo e poderão ser, em até sua totalidade, membros do Conselho Consultivo.

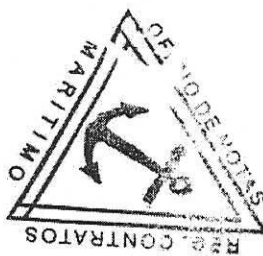
Parágrafo 3º – Os coordenadores das Comissões Técnicas, idealmente deverão ser membros do Conselho Deliberativo.

Parágrafo 4º – Ainda que tenham por escopo agregar competências específicas, a composição das Comissões procurará atender ao princípio de representatividade dos setores que compõem o Conselho Deliberativo.

Artigo 48 – As Comissões serão criadas e/ou extintas pelo Conselho Deliberativo, sempre que este as considerar necessárias ou desnecessárias, devendo contar com objetivos específicos, composição definida e prazo de existência, quando temporárias.



OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - Tel: (21) 2253-3459 - Tabelião Aloir Melchindes de Souza
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia e a reprodução fiel do
documento que me foi apresentado como sendo o original.
EAMJ 13930-CDN - Consultar em <https://www3.firj.jus.br/sitepublico>
Rio de Janeiro, 16/09/2014. Perícia: 4,10 36% TJ + FUNDOS: 1,46
94-16300 CLEBER BALENCOURT DO AMARAL Total: 5,86





FUNBIO

Artigo 49 – O responsável pelos trabalhos, andamento e resultados das Comissões será seu Coordenador e, na falta desse, seu Vice-Coordenador, sendo ambos eleitos entre os membros da Comissão.

Artigo 50 – As Comissões deverão contar com agendas e calendários próprios de trabalho, definidos em função da distribuição de suas obrigações no programa de trabalho anual do Funbio.

• **Seção VII – Da Comissão de Finanças e Auditoria**

Artigo 51 – A Comissão de Finanças e Auditoria é a única Comissão Técnica obrigatória e permanente do Funbio, exercendo as funções de conselho fiscal e com competência mínima para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, bem como sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.

Parágrafo Único – A Comissão de Finanças e Auditoria se reunirá, ordinariamente, três vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 52 – A extensão da composição e da competência da Comissão de Finanças e Auditoria será definida pelo Conselho Deliberativo.

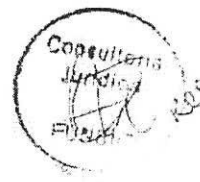
Artigo 53 – No cumprimento de sua competência mínima, a Comissão de Finanças e Auditoria terá acesso franqueado e irrestrito a todos os livros, registros e controles do Funbio e a todos seus arquivos e dependências.

• **Seção VIII – Do Comitê Executivo**

Artigo 54 – O Comitê Executivo é a instância coordenadora e orientadora dos trabalhos das Comissões e supervisora e orientadora dos afazeres da Secretaria Executiva.

Artigo 55 – O Comitê Executivo é composto pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo e por no mínimo dois e no máximo quatro conselheiros a serem designados pelo Presidente do Conselho Deliberativo.

Artigo 56 – Caberá ao Comitê Executivo ouvir, em primeira instância, as recomendações ou os relatos dos trabalhos conduzidos pela Secretaria Executiva, que terá a prerrogativa de convidar outros componentes de sua equipe a participar da reunião, bem como decidir sobre questões operacionais imediatas que requeiram orientação ou referendo do Conselho Deliberativo, mas que não justifiquem a convocação de reunião extraordinária ou manifestação daquele conselho.



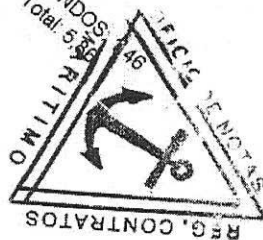


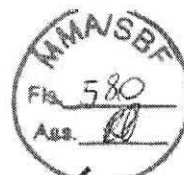
OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - Tel.: (21) 225-3439 - Tabelião Alair Melo de Souza

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
EAMJ13931-EQS Consolida em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Rio de Janeiro, 16/09/2014. Serenita: 4.10

36% TJ + FUNDOS
Total: 5,36%

94-16300 CLEBER BITENCOURT DO AMARAL





FUNBIO

Parágrafo 1º – O Comitê Executivo somente poderá decidir as questões de competência do Conselho Deliberativo por autorização direta e específica ou *ad referendum* deste.

Parágrafo 2º – As decisões do Comitê Executivo poderão ser sempre reavaliadas pelo Conselho Deliberativo e terão sempre eficácia determinada até que este resolva decidir em contrário.

Artigo 57 – O quorum mínimo do Comitê Executivo é de 50% (cinquenta por cento) de seus membros, admitida a participação por métodos de conferência remota, desde que de alguma sorte comprováveis.

Artigo 58 – O Comitê Executivo deverá reunir-se de acordo com um calendário de reuniões aprovado anualmente ou sempre que assim convocado por algum de seus membros, pelo Presidente do **Funbio**, ou pelo Secretário Geral da entidade, no intervalo das reuniões plenárias do Conselho Deliberativo, para cumprir as funções que lhe são previstas neste Estatuto e com o intuito de preparar a pauta e orientar o desenvolvimento dos assuntos a serem submetidos ao Conselho Deliberativo.

• **Seção IX – Do Comitê de Nomeação e Governança**

Artigo 59 – O Comitê de Nomeação e Governança é a instância de assessoramento do Conselho com a finalidade de condução do processo de renovação dos membros do Conselho na forma prevista por este Estatuto e de conferir estrutura de boa prática de governança ao Funbio.

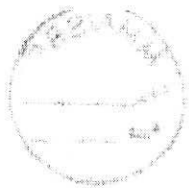
Artigo 60 – O Comitê de Nomeação e Governança é composto por no mínimo dois e no máximo cinco conselheiros a serem designados pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 61 – Caberá ao Comitê de Nomeação e Governança: (a) auxiliar o Conselho Deliberativo na prospecção, avaliação e indicação de nomes para a renovação dos membros do Conselho Deliberativo em conformidade com a estratégia institucional determinada pelo Conselho Deliberativo; e (b) definir e instituir processos de avaliação da dinâmica do Conselho Deliberativo e apresentar relatório de avaliação e recomendações de encaminhamentos ao Conselho Deliberativo.

Artigo 62 – O quorum mínimo do Comitê de Nomeação e Governança é de 50% (cinquenta por cento) de seus membros, admitida a participação por métodos de conferência remota, desde que de alguma sorte comprováveis.

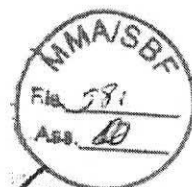
Artigo 63 – O Comitê de Nomeação e Governança deverá reunir-se de acordo com um calendário de reuniões aprovado anualmente ou sempre que assim convocado por algum de seus membros, pelo Presidente do **Funbio**, ou pelo Secretário Geral da entidade, no intervalo das reuniões plenárias do Conselho Deliberativo, para cumprir as funções que lhe são previstas neste Estatuto e com o intuito de preparar a pauta e orientar o desenvolvimento dos assuntos a serem submetidos ao Conselho Deliberativo.





OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Arco, 28 - Centro - RJ - Tel.: (21) 233-3459 - Tabelião Almir Melchades de Souza
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé de que a presente cópia e a reprodução fiel do
documento que me foi apresentado como sendo o original, é verdadeira.
EAMJ 13932-HYG Cons. de 10/09/2011 - 10
Rio de Janeiro, 16/09/2011 - 10
94-16300 CLEBER BITTENCOURT DO AMARAL
36% TJ
REG. CONTRATOS
NOTAS
11/11/11

RECIBO
19 05 14



FUNBIO

•
• **Seção X - Do Presidente do Conselho Deliberativo**

Artigo 64 – Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo:

I – representar o **Funbio** ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, promovendo sua representação em todas as instâncias por presença pessoal ou outorga específica e determinada de poderes, com prazo de validade para os mandatos.

II – convocar e presidir as Reuniões Plenárias do Conselho Deliberativo, secretariado pela Secretaria Executiva do **Funbio**;

III – convocar e presidir as Reuniões Plenárias do Comitê Executivo, secretariado pela Secretaria Executiva do **Funbio**;

IV – designar relatores para os assuntos submetidos ao Conselho Deliberativo;

V – supervisionar as atividades do **Funbio**, promovendo os atos necessários à sua administração;

VI – submeter ao Conselho Deliberativo as indicações do gestor financeiro, do auditor independente e do captador de recursos, este último, quando houver;

VII – exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho Deliberativo;

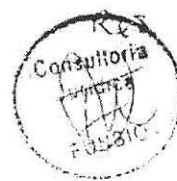
VIII – expressar, com voto de qualidade, nos casos cuja votação termine em empate, seja no Conselho Deliberativo ou no Comitê Executivo;

IX – abrir e fechar contas bancárias, assinar cheques e aceites em títulos de crédito, firmar contratos, distratos, acordos e transações, dar e receber quitação, receber e requerer alvarás, tudo por e em nome do **Funbio**, respeitadas as limitações estatutárias.

Parágrafo único – As competências descritas nos itens I, IV e IX acima poderão ser objeto de delegação expressa ao Vice-Presidente e/ou Secretário Geral do **Funbio**.

Artigo 65 – O Presidente, em suas faltas e impedimentos, será substituído pelo Vice-Presidente e, na ausência de ambos, por um conselheiro designado pelo Comitê Executivo *ad referendum* do Conselho Deliberativo.

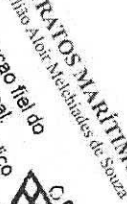
Artigo 66 – O mandato do Presidente e do Vice-Presidente é de 02 (dois) anos, admitida uma recondução..





OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - CEP: 20033-369 - Telefone: Alor. Melchitades de Souza
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
EAMUJ13933-KM Consultive em <https://www3.trfjus.br/stlepublico> Serventia: 4.10 36% TJ + FUNDOS Total: 5.86
Rio de Janeiro, 16/03/2014
94-16300 CLEBER DA SILVA COURT DO AMARAL

CONTRATOS MARÍTIMOS



OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS

BR 5709
+1 20 64



FUNBIO

• **Seção XI – Da Secretaria Executiva**

Artigo 67– A Secretaria Executiva executará a estratégia e o programa de trabalho do **Funbio**, tanto nos seus aspectos técnicos quanto nos administrativos e financeiros, assistindo, também, ao Conselho Deliberativo com propostas, análises e informações necessárias às suas decisões.

Artigo 68 – A Secretaria Executiva será composta de uma equipe permanente de funcionários do **Funbio**, devendo ter estrutura ágil, leve, de baixo custo, orientada para destinar o máximo dos recursos do **Funbio** para o apoio de suas atividades fins.

Artigo 69 – O associado do **Funbio** que vier a compor um dos quadros da Secretaria Executiva terá suspensos seus direitos de associado enquanto perdurar esta vinculação.

• **Seção XII – Do Secretário Geral**

Artigo 70 – Ao Secretário Geral cabe gerenciar os negócios sociais do **Funbio** e administrar a Secretaria Executiva.

Artigo 71 – O Secretário Geral será nomeado pelo Conselho Deliberativo e a ele competirá:

I – cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as diretrizes operacionais determinadas pelo Conselho Deliberativo e pelo Comitê Executivo;

II – exercer as competências descritas nos incisos I, IV, IX do artigo 64, sempre por via de instrumento de outorga de poderes específicos, emitido pelo Presidente do Conselho Deliberativo do **Funbio**, na forma do disposto naquele artigo e seu parágrafo único.

III – encaminhar as propostas e pedidos de apoio financeiro a projetos para decisão do Conselho Deliberativo, após as necessárias avaliações;

IV – providenciar a elaboração para encaminhamento anual ao Conselho Deliberativo de:

a) Plano de Trabalho, proposta orçamentária, relatório, prestação de contas e parecer do auditor independente;

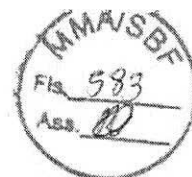
b) Avaliação das entidades responsáveis pela gestão financeira, auditoria e captação de recursos;

Handwritten signature or mark.



Ofício de Notas e Registro de Contratos Marítimos
Rua do Arco, 25 - Centro - RJ - 20.033-3459 - Tabelião Alvir Melchior de Souza
Certifico e dou fe que a presente cota e a reprodução fiel do
documento que me foi apresentado como sendo o original.
EML 13928-MMB Coisa sem fins www3.rj.jus.br/lepublico
Rio de Janeiro, 16/09/2014. S. Venâncio A. 10 35% TJ + FUS
94-16300 CLEBER BRUNO GOURT DO AMARAL T. 0.85





FUNBIO

V – apresentar quadrimestralmente ao Conselho Deliberativo, relatório sucinto sobre o andamento dos trabalhos e balancete das operações realizadas até mês anterior ao da seção plenária;

VI – participar das reuniões do Conselho Deliberativo sem direito a voto.

Parágrafo único – O Secretário Geral tem suas atribuições subordinadas às decisões e recomendações do Presidente e do Conselho Deliberativo, cabendo-lhe somente poderes para gerir e administrar o Funbio de acordo com as mesmas.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais

Artigo 72 – Os mandatos dos membros do Conselho Deliberativo consideram-se automaticamente prorrogados até a posse dos sucessores.

Artigo 73 – Será convocada Reunião Plenária Extraordinária para a alteração estatutária e destituição de administradores. Nessa Reunião, para deliberar em primeira convocação é necessária a presença da maioria absoluta dos Conselheiros em exercício. Nas convocações seguintes, é necessária a presença de pelo menos 1/3 dos Conselheiros em exercício. O quorum de deliberação é de 2/3 dos Conselheiros presentes.

Parágrafo 1º – Não poderá ser objeto de alteração estatutária, por quorum menor do que 2/3 (dois terços) dos Conselheiros em exercício, as disposições acerca da destinação do patrimônio previstas no artigo 29 (vinte e nove), e seu parágrafo único, bem como o disposto nos artigos 1º (primeiro), e seu parágrafo único; 6º (sexto); e 7º (sétimo).

Parágrafo 2º – A alteração estatutária somente será válida se fizer parte de pauta prévia e específica.

Artigo 74 – O Secretário Geral e associados não poderão, em nome da entidade e em qualquer circunstância, avalizar ou endossar títulos de crédito referentes a obrigações estranhas a seu objeto social e atividades não aprovadas diretamente pelo Conselho Deliberativo, a não ser quando decorrentes de decisão deste último com delegação de poderes específica.



[illegible]



FUNBIO

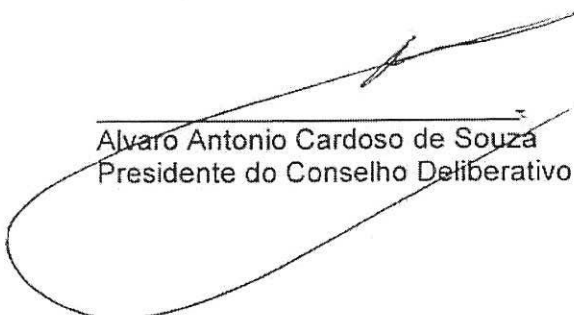
Artigo 75 – Na hipótese de o Funbio perder a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) obtida, instituída pela Lei Federal 9.790, de 23 de março de 1999, o acervo patrimonial disponível, que tenha sido adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou a mencionada qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra OSCIP, que tenha, preferencialmente, o mesmo objeto social.

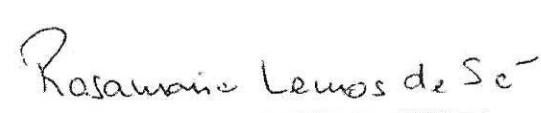
Artigo 76 – Toda e qualquer interpretação da aplicação dos conceitos e determinações desse Estatuto, assim como os casos omissos, serão disciplinados pelo Conselho Deliberativo ou pelo Regimento Interno.

Artigo 77 – O Conselho Deliberativo disciplinará as matérias de sua competência no Regimento Interno ou por via de resoluções.

O presente Estatuto foi objeto de aprovação unânime do Conselho Deliberativo do Funbio, em sua Reunião Plenária Extraordinária, realizada às 10 horas do dia 11 de abril de 2014, na sede do Funbio, na Rua Voluntários da Pátria, nº 286 – 5º andar, Botafogo – Rio de Janeiro/ RJ, CEP: 22270-014.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2014.


Alvaro Antonio Cardoso de Souza
Presidente do Conselho Deliberativo


Rosa Maria Lemos de Sá
Secretária Geral

OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - Tel.: (21) 2253-3459 - Tabelião Aloir Melchiadades de Souza

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:

ROSA MARIA LEMOS DE SÁ

Selo(s): EAEL63539-FID

Consulte em <https://www3.tj.rj.us.br/sitepublico>
Rio de Janeiro, 24/04/2014 Serventia 3,97 + 36% TJ+Fundos: 1,39
CLEBER BITTENCOURT DO AMARAL Mat:94-16300 Total: 5,70

OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - Tel.: (21) 2253-3459 - Tabelião Aloir Melchiadades de Souza

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:
ALVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA

Selo(s): EAEL66388-MBO

Consulte em <https://www3.tj.rj.us.br/sitepublico>
Rio de Janeiro, 25/04/2014 Serventia 3,97 + 36% TJ+Fundos: 1,39
CLEBER BITTENCOURT DO AMARAL Mat:94-16300 Total: 5,70

OFÍCIO DE NOTAS E REG. CONT. MARÍTIMOS
Cleber Bittencourt do Amaral
Mat: 94-16300

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

RODOLFO PINHEIRO DE MORAES
Oficial
- RIO DE JANEIRO -

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - CAPITAL
CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO

Matr. 179105

Rua Volunt
Tel: (55 21) 2123-

201404251628443

29/05/2014

Emol: 150,54 Tributo: 51,19

EAFE 84185 LCO

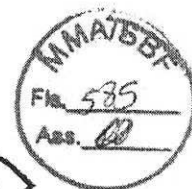
Consulte em <https://www3.tj.rj.us.br/sitepublico>

O Oficial

Brasil

OFICIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATO
R. do Arce. 25 - Capim - N. 11 - C. A. 02
Certifico e dou fe que a presente
documentação que me foi apresentada
EAM 113622-8 SDC Consultoria
R. de Janeiro, 19/09/2022
36% TJ + FUNDOS 1,46
Total: 5,86
OFICIO DE NOTAS
CORPORA
AMARAL
BITEC
CIEBER





FUNBIO

RE-RATIFICAÇÃO DA ATA ESPECÍFICA
DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO
DELIBERATIVO DO FUNDO BRASILEIRO
PARA A BIODIVERSIDADE (Funbio)

29 03 14

Em 19 de março de 2014, o Conselho Deliberativo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade- Funbio, re-ratifica a ata da sua quadragésima sessão ordinária para que nela conste não o nome reduzido, mas o nome completo do membro do Conselho Alvaro Antonio Cardoso de Souza então eleito o Presidente da Instituição, bem como sua respectiva qualificação, pelo que a referida Ata é novamente lavrada para constar o seguinte teor: "A quadragésima primeira sessão ordinária do Conselho Deliberativo do Funbio teve início às 10h00 do dia 06 de dezembro de 2013, em sua sede social na Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, em segunda convocação, para tratar entre outros assuntos da aprovação da **Ata da 40ª Reunião Ordinária**, da aprovação de indicação para o preenchimento de vaga do setor acadêmico em função de o Conselheiro Oscar Graça Couto estar neste ano finalizando o seu segundo mandato e da eleição de Presidente e Vice-Presidente para o próximo período de dois anos, nos termos do artigo 61 do Estatuto do Funbio, dos documentos de **Política das Atividades de Auditoria Interna, Manual de Auditoria Interna, Plano de Ação de Auditoria Interna; do Regimento Interno da Comissão de ética, da Política para Igualdade de Gênero; Documento de Procedimentos Operacionais para Igualdade de Gênero, Plano de Implementação do Sistema de Salvaguardas Socioambientais; Documento de Procedimentos Operacionais de Salvaguardas de Habitats Naturais; Documento de Procedimentos Operacionais de Salvaguardas de Manejo de Pragas; Documento de Procedimentos Operacionais de Patrimônio Físico Cultural**. Sob a presidência de Bruno Mariani, Presidente da instituição, cujo primeiro período de exercício do cargo finaliza em 31.12.2013, e secretariado pela Secretária Geral Rosa Lemos de Sá, o encontro contou com a participação dos demais conselheiros: **Oscar Graça Couto; Sergio Besserman Vianna, Adriana de Carvalho Barbosa Ramos, Miguel Serediuk Milano; Paulo Moutinho, Pedro Wilson Leitão Filho; Alvaro Antonio Cardoso de Souza e Roberto Silva Waack**, que firmaram a lista de presenças, que permanece arquivada na sede da instituição. Estava presente também o Superintendente de Planejamento e Gestão, Aylton Coelho Neto. A sessão contou com a presença de 9 de seus 16 conselheiros, representando quórum de presença de 56,25% (cinquenta por cento, vírgula vinte e cinco) de seu Conselho Deliberativo. Verificado quórum suficiente para instalação e deliberação em segunda

BZ





OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua de Azevedo, 28 - Centro - RJ - 22233-3459 - Telefone 21 2501-1001

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente cópia é reprodução fiel do original
documento que me foi apresentado em 27/02/2014, assinado por
EANS43067-JVY Consiste em 13 folhas brancas e 10 folhas amarelas
Rio de Janeiro, 27/02/2014. S. M. S. 46

94-16749 ALESSANDRO DE AZEVEDO TORRES Total: 5.287,46

REG. CONTRATOS



convocação, conforme art. 46 do Estatuto, o Presidente declarou aberta a reunião, e após a aprovação da pauta o Conselho determinou que adicionalmente à lavratura de ata completa das decisões tomadas no dia, fosse lavrada esta ata específica, para refletir as decisões tomadas por este Conselho quanto às aprovações relativas à governança da instituição e dos documentos acima mencionados. Apresentada a **Ata da 40ª Reunião Ordinária**, o Presidente perguntou aos presentes se todos já haviam tomado conhecimento do teor da ata da reunião anterior, ao que todos responderam afirmativamente e declararam concordar com sua redação, pelo que ficou aprovada a Ata da 40ª Reunião Ordinária, por unanimidade.

Deliberação
Aprovada a redação da Ata da 40ª Reunião Ordinária, por unanimidade.

O Presidente passa ao tema da governança, solicitando à Secretária Geral que encaminhe o assunto. Rosa lembra que o segundo mandato do Conselheiro Oscar Graça Couto termina no final de dezembro deste ano. Agradece sua constante e valiosa participação e contribuições. A secretária geral faz uma breve homenagem ao conselheiro que agradece a todos. Rosa ressalta a necessidade de deliberação deste Conselho quanto ao exercício do cargo da Presidência e da Vice-Presidência da instituição, tendo em vista que o primeiro mandato de Presidente exercido por Bruno Mariani finaliza em 31 de dezembro próximo, assim como nesta mesma data finaliza o período do segundo mandato do conselheiro Alvaro Antonio Cardoso de Souza como Vice-Presidente. Ressalta que seus mandatos como conselheiros permanecem, o de Bruno Mariani até dezembro de 2015 e o de Alvaro Antonio Cardoso de Souza até dezembro de 2016. No entanto o Estatuto do Funbio determina que o exercício dos cargos de Presidência e Vice-Presidência tem período de 2(dois) anos sendo permitida uma recondução, pelo que solicita aos presentes que deliberem sobre a ocupação dos cargos para o próximo período. Os Conselheiros debatem sobre a finalização da contribuição de Alvaro Antonio Cardoso de Souza como Vice-Presidente em vista das normas estatutárias. Após considerações de todos é proposta a ocupação do cargo de Vice-Presidência por Bruno Mariani e da Presidência por Alvaro Antonio Cardoso de Souza de Souza. Perguntado sobre a proposta, Bruno Mariani ressalta que não vê qualquer problema nesta composição e Rosa afirma que é muito boa a contribuição à instituição de ambos os conselheiros. Sergio Besserman declara que o gesto de Bruno é de grandeza e que isto o motiva ainda mais a participar do Conselho desta instituição o que é reforçado por Pedro Leitão. Os conselheiros então deliberam que para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2015 ocupará o cargo de Presidência Alvaro Antonio Cardoso de Souza, português, portador do RNE nº W 401505-E, emitido pelo

Bl




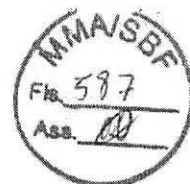
OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS NOTÁRIOS
Rua do Acre, 20 - Centro - RJ - 22253-9439 - Telefone: (21) 2233-3439 - Telex: 51010 - Cid. Mar. 2233-3439

A.U.T.E.N.T.I.C.A.
Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original, sendo o original assinado por mim, o Tabelião Público, em 27/10/2014, às 10h30min, no meu escritório, situado na Rua do Acre, 20, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

94-16749 ALESSANDRO DE AZEVEDO TORRES
36% TJ + FUNDO DE GUB. RJ
Total: 5.880,00

REG. 94-16749-10





CGPI/DIREX/DPF, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 249.630.118-91 e o da Vice-Presidência, Bruno Mariani, brasileiro, casado, administrador de empresas portador da cédula de identidade n. 04071758-9, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 387.786.707-30, sendo que suas respectivas posses ficam desde já reconhecidas para ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 2014, ficando autorizado o Presidente eleito nesta Reunião, desde o dia de hoje, a outorgar mandato de representação da instituição para a Secretaria Geral para que o referido mandato tenha vigência a partir de 1º de janeiro de 2014.

Deliberação

É eleito pela unanimidade dos presentes para o exercício do cargo de Presidência do Conselho Deliberativo pelo período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2015 o Sr. Alvaro Antonio Cardoso de Souza de Souza e para a ocupação do cargo de Vice-Presidente durante este mesmo período o Sr. Bruno Mariani.

O Presidente solicita que Rosa dê continuidade aos temas. Rosa segue com o assunto da nomeação do novo representante para a vaga do setor acadêmico. Pergunta a todos os conselheiros, e em especial aos representantes do setor se desejam indicar um nome para a ocupação da vaga. Os presentes debatem sobre a ausência de indicação anterior e a necessidade de o Conselho estabelecer um procedimento mais específico para determinar as indicações para as ocupações das vagas no Conselho. Rosa apresenta para a ocupação da vaga do setor acadêmico a proposta do nome de Rosiska Darcy de Oliveira, Bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Obteve o doutorado em Educação na Universidade de Genebra, onde lecionou por 10 anos, é Presidente Executiva do "Rio como Vamos", carioca, escritora, jornalista e professora da PUC RIO, lembrando que informações sobre seu currículo foram enviadas aos membros do conselho juntamente com a documentação referente à reunião. Besserman ressalta a qualidade da indicada, mas observa que ela não é participante deste universo. Os Conselheiros debatem e apresentam listas de nomes possíveis. O Conselho determina que seja estabelecido um Comitê de Nomeação que deverá observar critérios como representação temática, gênero, representação geográfica. Fica em aberto a vaga, sendo aplicável o artigo 67 do Estatuto, para que o Comitê de Nomeação apresente ao Conselho a lista de nomes para sua manifestação. Nas discussões sobre governança foi decidido que será criado um grupo de trabalho formado por Álvaro de Souza, Bruno Mariani e Miguel Milano para elaboração de proposta de revisão do Estatuto do Funbio. O Comitê de Nomeação será integrado por membros definidos por este grupo de trabalho.





OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - Tel. 233-3459 - Telex 501401 - Telefax 233-3459 - Telex 501401 - Telefax 233-3459
A.U.T. ENT. I.C. A.C. A.O. e reprodução fiel do
Certifico e dou fe que a presente é a reprodução fiel do
documento que me foi apresentado, sendo o original
EANS43065-GXP Consultor em Comércio Exterior
Rio de Janeiro, 27/10/2014
94-16749-ALESSANDRO DE AZEVEDO TORRES
36% TJ + FUNDOS: 1,44
Total: 3,86
0000098245
REC. CONTABILIZADO



Deliberação

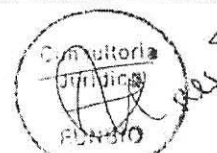
A nova ocupação da vaga do setor acadêmico fica em aberto, sendo aplicável o artigo 67 do Estatuto. Será instituído Comitê de Nomeação que apresentará ao Conselho a lista de nomes para sua manifestação. Será criado um grupo de trabalho formado por Alvaro Antonio Cardoso de Souza de Souza, Bruno Mariani e Miguel Milano para elaboração de proposta de revisão do Estatuto do Funbio. O Comitê de Nomeação será integrado por membros definidos por este grupo de trabalho.

O Presidente passa a palavra à Secretária Geral. Rosa introduz o assunto da necessidade de atender as recomendações e exigências do processo de acreditação do Funbio como agência implementadora do GEF, que consistem no aprimoramento e estabelecimento de políticas relacionadas a salvaguardas, procedimentos operacionais e planos de implementação. Para atender os requisitos estabelecidos pelo Painel de Acreditação do GEF o Funbio elaborou diversos documentos, previamente enviados aos conselheiros. Estes documentos são novamente apresentados nesta reunião para análise, considerações e aprovação do Conselho. São eles: **Documento de Política das Atividades de Auditoria Interna, Manual de Auditoria Interna, Plano de Ação de Auditoria Interna; da Política para Igualdade de Gênero; Documento de Procedimentos Operacionais para Igualdade de Gênero, Plano de Implementação do Sistema de Salvaguardas Socioambientais; Documento de Procedimentos Operacionais de Salvaguardas de Habitats Naturais; Documento de Procedimentos Operacionais de Salvaguardas de Manejo de Pragas; Documento de Procedimentos Operacionais de Patrimônio Físico Cultural.** Rosa pergunta se os Conselheiros examinaram os documentos dos procedimentos de auditoria e de salvaguardas anteriormente encaminhados e se teriam alguma consideração.. Os Conselheiros afirmam que examinaram os documentos e que os aprovam como documentos da instituição a serem apresentados no processo de acreditação GEF.

Deliberação

São aprovados por unanimidade dos presentes os documentos de Política das Atividades de Auditoria Interna, Manual de Auditoria Interna, Plano de Ação de Auditoria Interna; do Regimento Interno da Comissão de ética, da Política para Igualdade de Gênero; Documento de Procedimentos Operacionais para Igualdade de Gênero, Plano de Implementação do Sistema de Salvaguardas Socioambientais; Documento de Procedimentos Operacionais de Salvaguardas de Habitats Naturais; Documento de Procedimentos Operacionais de Salvaguardas de Manejo de Pragas; Documento de Procedimentos Operacionais de Patrimônio Físico Cultural

Bl



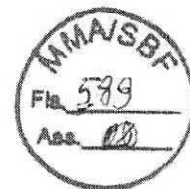
OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Arco, 28 - Centro - RJ Tel. (21) 224-3459 - Tabelião Alor. Melchades de Souza

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do
documento que me foi apresentado, sendo o original
EANS-3054-SFY Consult. Simão M. W. G. Filho b7/s/lepublico
Rio de Janeiro, 27/10/2014. 35% TJ + FUNDOS 146

94-16749-ALESSANDRO DE AZEVEDO TORRES

OFÍCIO DE NOTAS
E REGISTRO DE
CONTRATOS
MARÍTIMOS

0000030724



Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião. Lavrada esta ata, lida e achada conforme, assinam-na o Presidente e a Secretária Geral.

29 05 14

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2013.

Bruno Mariani


Rosa Maria Lemos de Sá

Presidente

Secretária-Geral"

Fica assim lavrada a re-ratificação da Ata da quadragésima primeira sessão do Conselho Deliberativo, para que conste o nome completo do Presidente eleito e sua qualificação, bem como a qualificação do Vice-Presidente eleito, restando inalterado o conteúdo da referida ata, conforme atestam o Presidente eleito Alvaro Antonio Cardoso de Souza, o Vice-Presidente eleito, anterior Presidente, Bruno Mariani e a Secretária-Geral da Instituição Rosa Maria Lemos de Sá.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2014

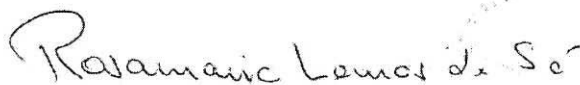

Alvaro Antonio Cardoso de Souza

Presidente



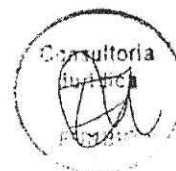
Bruno Mariani

Vice-Presidente



Rosa Maria Lemos de Sá

Secretária-Geral





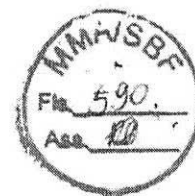
OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Arco, 28 - Centro - RJ Tel: (21) 2253-3459 - Tabelião Abol. Melchior de Souza

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente copia e a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original
EANS43063-EAH Consult. e Trein. Ltda. 4-10 36% T.O. FUNDOS 1%
Rio de Janeiro, 27/10/2014. *[Assinatura]*

94-16749 ALISSANDRO DE AZEVEDO TORRES

REG. CONTRATOS
00000992223

MARITIMOS



08 0904
41 20 02

OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - Tel.: (21) 2253-3459 - Tabelião Aloir Melchhiades de Souza

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:

BRUNO MARIANI

Selo(s): EADF00653-IHV

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Rio de Janeiro, 14/04/2014 Sexta-feira, 3,97 + 36% TJ+Fundos: 1,39

CLEBER BITTENCOURT DO AMARAL Mat:94-16300 Total: 5,70

OFÍCIO DE NOTAS E REG.

CONT. MARÍTIMOS

Cleber Bittencourt do Amaral

Mat.: 94-16300

OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - Tel.: (21) 2253-3459 - Tabelião Aloir Melchhiades de Souza

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:

ROSA MARIA LEMOS DE SA

Selo(s): EADF00656-RNQ

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Rio de Janeiro, 14/04/2014 Sexta-feira, 3,97 + 36% TJ+Fundos: 1,39

CLEBER BITTENCOURT DO AMARAL Mat:94-16300 Total: 5,70

OFÍCIO DE NOTAS E REG.

CONT. MARÍTIMOS

Cleber Bittencourt do Amaral

Mat.: 94-16300

OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - Tel.: (21) 2253-3459 - Tabelião Aloir Melchhiades de Souza

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:

ALVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA

Selo(s): EADF00659-OIQ

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Rio de Janeiro, 14/04/2014 Sexta-feira, 3,97 + 36% TJ+Fundos: 1,39

CLEBER BITTENCOURT DO AMARAL Mat:94-16300 Total: 5,70

OFÍCIO DE NOTAS E REG.
CONT. MARÍTIMOS
Cleber Bittencourt do Amaral
Mat.: 94-16300

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABaixo

Matr. 179105

201404251628443

EAFE 84188 AOX

29/05/2014

Emol: 150,54 Tributo: 51,19

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
RODOLFO PINHEIRO DE MORAES
Oficial
RIO DE JANEIRO -



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO, organização da sociedade civil de interesse público, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.270-014, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.537.443/0001-04, neste ato regularmente representado por seu Presidente, **ÁLVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA**, português, portador do RNE nº W 401505-E, emitido pelo CGPI/DIREX/DPF, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 249.630.118-91, residente e domiciliado à Rua Salvador Cardoso, nº 122, apto. 231, Itaim Bibi, CEP: 04533-050, São Paulo/SP.

OUTORGADA: ROSA MARIA LEMOS DE SÁ, Secretária Geral do OUTORGANTE, brasileira, divorciada, ecóloga, portadora da cédula de identidade nº M – 750.784, emitida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 317.697.566-04, residente e domiciliada à Av. Atlântica, nº 778, apto. 1102, Leme, CEP: 22.010-000, Rio de Janeiro/RJ.

Por este instrumento particular, o OUTORGANTE, tendo em vista determinações e prerrogativas estatutárias do Funbio, nomeia e constitui a OUTORGADA sua bastante procuradora, a quem confere poderes amplos, gerais e ilimitados, para tratar e resolver sobre qualquer assunto, negócio e interesse do OUTORGANTE de natureza comercial, financeira, administrativa ou trabalhista, representando-o e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo comprar, vender, alienar, dar em garantia, doar, preço, estipular e aceitar cláusulas e condições de contratos referentes a quaisquer bens imóveis; pagar e receber preços, sinais, princípios de pagamentos ou totais, dar, aceitar e assinar quitações; outorgar, aceitar e assinar escrituras públicas e contratos particulares de qualquer inclusive podendo rescindir, alterar, prorrogar, ratificar, estipular cláusulas e condições; po doações; representar perante pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, Brasil ou no exterior, perante repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais, Paraestatais, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Ministério de Meio Instituto do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), Ministério da Fazenda e Secretaria da Receita Federal Prestadores de Serviços, doadores de recursos; Organizações não governamentais Sociedades Cívicas, Associações Cívicas, Fundações, Organizações da Sociedade (OSCIP), podendo firmar convênios, contratos em geral, termos de doação, termos de parceria para projetos relacionados com a atividade-fim do Outorgante perante estabelecimentos Bancários em geral, como bancos comerciais, instituições financeiras em geral, nacionais e internacionais, inclusive Econômica Federal – CEF e o Banco Central do Brasil S/A – BAC

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
Rua Voluntários da Pátria, 286 5º andar 22270-014 Botafogo
Tel: (55 21) 2123-5300 Fax: (55 21) 2123-5354 funbio@fu

Rua Volun
Tel: (55 2

Botafogo Rio de Janeiro RJ Brasil
funbio@funbio.org.br www.funbio.org.br



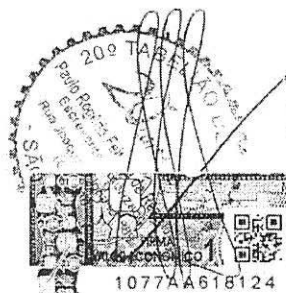
OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
 Rua do Arco, 28 - Centro - RJ - CEP: 20040-020 - Telefone: (21) 359-3159 - Telex: 5109 - Taboada Alvar Melchudes de Souza

AUTENTICAÇÃO
 Certifico e dou fe que a presente cópia e a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original EAJE96468-PAZ Consulto em <https://www3.trijus.br/sisrepUBLICO> Rio de Janeiro, 18/07/2014. Servente 4.10

35% TJ + FUNDOS 146
 Total 5,86

94-16300 CLEBER BITENCOURT DO AMARAL

OFÍCIO DE NOTAS
 REG. CONTRATOS



2 notário

Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
 São Paulo - SP - CEP: 05434-013 - Fone: (11) 3072-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
 tabelião

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) ALVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA,
 em documento com valor econômico, dou fe,
 São Paulo, 17 de dezembro de 2013.
 Em Teste _____ Na Verdade. Cód. [-1219526914140032455685-1066]

PAULO ROBERTO FEITOSA DE REZENDE - ESCRIVENTE AUTORIZADO (DTF 110101 R\$ 6,30)
 Selo(s): 1 Ato: 1077AA-618124
 O Presente ato somente é válido com selo de Autenticidade.

1077AA618124



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL N-750.784
NOME ROSA MARIA LEMOS DE SÁ
Rubens Veloso de Sá
FILIAÇÃO Lisette Theresinha Torges Lemos de Sá.
Belo Horizonte MG 28/05/1957
NATURALIDADE 28/05/1975
DIRETOR
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Cartão de Identificação Nacional

POLEGAR DIREITO

Rosamaria Lemos de Sá

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FISCAIS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

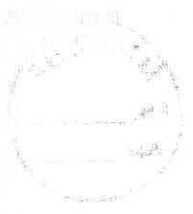
ASSINATURA DO CONTRIBUINTE
Rosamaria Lemos de Sá

C/C

NASCIMENTO 28.05.57 INSCRIÇÃO NO CPF 317.697.566-04

CONTRIBUINTE
ROSA MARIA LEMOS DE SA

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL



OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - Tel: (21) 2253-3459 - Tabelião Aloir Melchhiades de Souza

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente cópia e a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
EAFP40007-XAT Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Rio de Janeiro, 09/06/2014. Serventia. 4,10

94-16300 CLEBER BITTENCOURT DO AMARAL
36% TJ + FUNDOS: 1.46
Total: 5,86

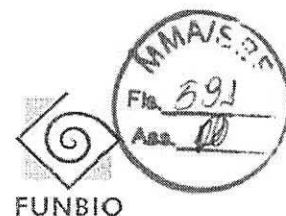
OFÍCIO DE NOTAS
REG. CONTRATOS

OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - Tel: (21) 2253-3459 - Tabelião Aloir Melchhiades de Souza

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente cópia e a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
EAFP40008-ISK Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Rio de Janeiro, 09/06/2014. Serventia. 4,10

94-16300 CLEBER BITTENCOURT DO AMARAL
36% TJ + FUNDOS: 1.46
Total: 5,86

OFÍCIO DE NOTAS
REG. CONTRATOS MARÍTIMOS



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO, organização da sociedade civil de interesse público, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.270-014, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.537.443/0001-04, neste ato regularmente representado por seu Presidente, **ÁLVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA**, português, portador do RNE nº W 401505-E, emitido pelo CGPI/DIREX/DPF, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 249.630.118-91, residente e domiciliado à Rua Salvador Cardoso, nº 122, apto. 231, Itaim Bibi, CEP: 04533-050, São Paulo/SP.

OUTORGADA: ROSA MARIA LEMOS DE SÁ, Secretária Geral do OUTORGANTE, brasileira, divorciada, ecóloga, portadora da cédula de identidade nº M – 750.784, emitida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 317.697.566-04, residente e domiciliada à Av. Atlântica, nº 778, apto. 1102, Leme, CEP: 22.010-000, Rio de Janeiro/RJ.

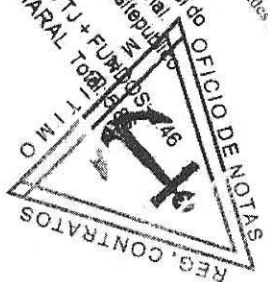
Por este instrumento particular, o **OUTORGANTE**, tendo em vista determinações e prerrogativas estatutárias do Funbio, nomeia e constitui a **OUTORGADA** sua bastante procuradora, a quem confere os poderes amplos, gerais e ilimitados, para tratar e resolver sobre qualquer assunto, negócio e interesse do **OUTORGANTE** de natureza comercial, financeira, administrativa ou trabalhista, representando-o ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo comprar, vender, alienar, dar em garantia, doar, ajustar preço, estipular e aceitar cláusulas e condições de contratos referentes a quaisquer bens móveis ou imóveis; pagar e receber preços, sinais, princípios de pagamentos ou totais, dar, aceitar e assinar recibos e quitações; outorgar, aceitar e assinar escrituras públicas e contratos particulares de qualquer natureza, inclusive podendo rescindir, alterar, prorrogar, ratificar, estipular cláusulas e condições; podendo receber doações; representar perante pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, constituídas no Brasil ou no exterior, perante repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias, Paraestatais, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Ministério de Meio Ambiente (MMA), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério da Fazenda e Secretaria da Receita Federal, Cartórios em Geral, Prestadores de Serviços, doadores de recursos; Organizações não governamentais (ONGs), Cooperativas, Sociedades Cívis, Associações Cívis, Fundações, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), podendo firmar convênios, contratos em geral, termos de doação, acordos de cooperação ou termos de parceria para projetos relacionados com a atividade-fim do **OUTORGANTE**; representar perante estabelecimentos Bancários em geral, como bancos comerciais, bancos de investimentos, instituições financeiras em geral, nacionais e internacionais, inclusive o Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal – CEF e o Banco Central do Brasil S/A - BACEN, podendo abrir, movimentar,





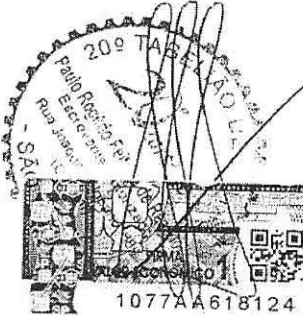
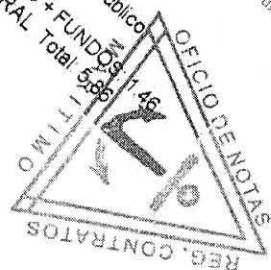
OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
Rua do Acre, 28 - Centro - RJ - Tel. (21) 253-3439 - Tabelião Almir Melchades de Souza

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
EAVES6457-RAT Consultoria em Direito Marítimo e Saneamento
Rio de Janeiro, 18/07/2014. S/ventil. 4.10



94-16300 CLEBER ALMEIDA
36% TJ + FUNDOS
AMARAL Total R\$ 1.600,00

OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS
 Rua do Acre, 28 - Centro - RJ
 22.020-000 - Tel: 253-1439 - Tabelião Almir Meletrudes de Souza
AUTENTICAÇÃO
 Certifico e dou fé que a presente cópia e a reprodução fiel do
 documento que me foi apresentado como sendo o original.
 EAJ/E96458-PAZ Consultar em <https://www3.tj.rj.jus.br/sitpublico/> 4,10
 Rio de Janeiro, 18/07/2014. Serventia 4,10
 94-16300 CLEBER BITENCOURT DO AMARAL Total 5,86



2 notário

Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
 São Paulo - SP / Tel: 055-4-013 - fone: 11 3078-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
 tabelião

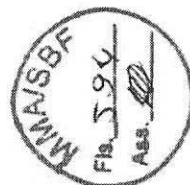
Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) ALVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA,
 em documento com valor econômico, dou fé.
 São Paulo, 17 de dezembro de 2013.
 Em Teste da verdade. Cód. [-1219526914140032455685-1066]

PAULO ROBERTO FEITOSA DE REZENDE - ESCRIVENTE AUTORIZADO (Rtd 1: total R\$ 6,50)
 Selo(s): 1 Ato:1077AA-618124
 O Presente ato somente é válido com selo de Autenticidade.

1077AA618124



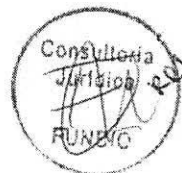
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio E O FUNDO BRASILEIRO PARA BIODIVERSIDADE - FUNBIO, COM A INTERVENIÊNCIA DA UNIAO REPRESENTADA PELO MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA.

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, com inscrição no CNPJ sob o nº 08.829.974/0002-75, com sede na EQ Complexo Administrativo Sudoeste 103/104, nº1, Bloco C, subsolo, Torre 4, Sudoeste, Brasília/DF, CEP:70.670-350 e jurisdição sobre todo o território nacional, neste ato representado pelo seu Presidente **ROBERTO RICARDO VIZENTIN**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado na SMLN km 3, trecho 1, lote 68, casa 2-Brasília/DF, portador da Cédula de Identidade nº 360.895 - SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 571.436.681-68, nomeado pela Portaria nº 304, de 29 de março de 2012, da Ministra de Estado do Meio Ambiente e publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de março de 2012, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº7515, de 8 de julho de 2011, doravante denominado ICMBIO e o **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO**, inscrito no CNPJ nº 03.537.443/0001-04, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar, Botafogo, CEP 22.270-014, na cidade do Rio de Janeiro, neste ato representado por sua Secretária-Geral **ROSA MARIA LEMOS DE SÁ**, brasileira, divorciada, ecóloga, portadora da Cédula de Identidade nº M750.784 - SSP/MG, e inscrito no CPF sob o nº 317.697.566-04, com a interveniência da União, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 2003 e do Decreto nº 6.101, de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", Brasília/DF, CEP: 70.068-901, neste ato representado por sua titular, Ministra de Estado do Meio Ambiente, **IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA**, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Brasília/DF, portadora da Cédula de Identidade nº 457256 - SSP/DF, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 279.754.601-68, nomeado pelo Decreto Presidencial de 31 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 31/03/2010; **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

Considerando os objetivos que conduziram à criação do Programa Áreas Protegidas da





Amazônia, lançado no ano de 2002, em Johannesburgo na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+10, instituindo, assim, o maior programa de conservação de florestas tropicais no mundo e o maior programa relacionado às Unidades de Conservação no Brasil;

Considerando os importantes papéis desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente na coordenação do Programa ARPA; pelo FUNBIO, no gerenciamento dos recursos do Programa ARPA; pelo GEF, por meio do Banco Mundial; pelo Governo Alemão, por meio do KfW; pela Fundação Gordon e Betty Moore; pelo WWF- EUA e WWF-Brasil; e pelo Fundo Amazônia, por meio do BNDES, responsáveis pelo aporte inicial de recursos no Programa ARPA;

Considerando que a Fundação Gordon e Betty Moore, o Linden Trust para Conservação, o FUNBIO, o WWF-Brasil e o Ministério do Meio Ambiente assinaram um Memorando de Entendimentos, por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Rio +20, comprometendo-se a mobilizar recursos para o apoio em longo prazo ao Programa ARPA;

Considerando a intenção de alocar os recursos provenientes da captação em um Fundo de Transição que permitirá a sustentabilidade do Programa ARPA no longo prazo por meio da iniciativa "ARPA para a Vida";

Resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

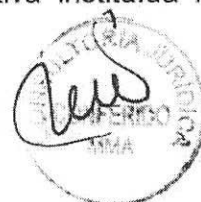
O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente - MMA, para a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, em consonância com os documentos oficiais do Programa.

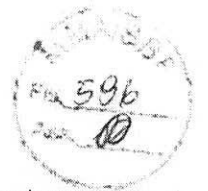
CLAUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES

1 - Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA é um programa de Governo que visa promover a conservação do bioma Amazônico por meio da criação, consolidação e manutenção de Unidades de Conservação (UC), de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

2- Comitê do Programa - CP é a instância de direção do Programa ARPA, tendo sua composição disposta em decreto. O CP é responsável por deliberar sobre, analisar e aprovar o planejamento estratégico do Programa ARPA, estabelecendo procedimentos, diretrizes e critérios para a formalização de convênios e contratos nele previstos, acompanhar e avaliar as atividades do Programa ARPA, articular a participação dos órgãos governamentais e dos governos estaduais da Amazônia, das Organizações da Sociedade Civil e dos Doadores no Programa ARPA; analisar e emitir pareceres sobre os relatórios de desempenho técnico-financeiro com vistas a garantir o desempenho e o alcance das metas do Programa, e convocar o PCA.

3 - Unidade de Coordenação do Programa - UCP é a instância executiva instituída no





Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas para o exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do Programa ARPA, responsável pela comunicação entre o Comitê do Programa e os diversos executores, funcionando como Secretaria Executiva do Comitê para o Programa;

4 - Fundo de Transição - FT é um mecanismo de financiamento de longo prazo e extingüível, de caráter privado, criado por meio de contratos entre entidades, pessoas físicas e jurídicas, doadoras brasileiras e estrangeiras, que funcionará de acordo com as regras e os procedimentos estabelecidos no Módulo 2 do MOP;

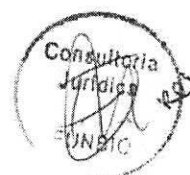
5- Comitê do Fundo de Transição - CFT é a instância do Fundo de Transição que tem por finalidade supervisionar o cumprimento do Módulo 2 do MOP de forma a viabilizar que o FT cumpra com o seu Objetivo, conforme definido no Módulo 2 do MOP. O CFT é composto por 08 (oito) membros votantes, sendo 06 (seis) membros nomeados pelos doadores e 02 (dois) membros nomeados pelo Governo Federal Brasileiro (Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). A seleção e substituição dos membros estão definidas no Regimento Interno do CFT.

6 - Painel Científico de Aconselhamento do Programa - PCA é considerado, no âmbito do Programa ARPA, como instância de consulta técnico-científica, composta por indivíduos com notório conhecimento sobre a dinâmica do bioma Amazônico com as atribuições de avaliar propostas de adoção de novas UCs no Programa ARPA; avaliar metodologia de seleção de áreas, priorização da aplicação de recursos e monitoramento; aprovar propostas de criação submetidas à UCP para apoio pelo Programa ARPA; e analisar e sugerir melhorias ao processo de planejamento, execução e monitoramento do Programa.

7 - Planejamento Estratégico Plurianual - PEP é o documento que estabelece as metas de cada UC em relação aos Marcos Referenciais do Programa ARPA, respeitados os tetos orçamentários.

8 - Comissão de Gestores - CG é uma instância representativa dos gestores das Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa ARPA, vinculada a UCP e composta por 8 (oito) gestores de UC, com o papel de: assessorar e qualificar as atividades de operacionalização e coordenação do Programa ARPA, avaliar e recomendar ao Fórum Técnico alterações e emendas ao Módulo I do MOP para que seja aprimorada a operacionalização do Programa ARPA; aprimorar a comunicação entre as UCs apoiadas pelo Programa ARPA; e avaliar relatórios de atividades do Programa ARPA.

9 - Fórum Técnico é a instância consultiva composto por um representante de cada Órgão Gestor, o Gestor do Fundo de Transição, Representante da Comissão de Gestores e UCP, sendo coordenado por esta última. Compete ao Fórum Técnico: acompanhar e monitorar avanços das UCs e demais componentes do Programa ARPA em relação às metas estabelecidas pelo CP, e o cumprimento das Condições de Desembolso, e sua execução físico-financeira pelas UCs; discutir e propor o ajuste de procedimentos relacionados à rotina operacional do Programa ARPA e seus documentos de base; e propor ao CP adequações de metodologias técnicas utilizadas para o alcance do Objetivo ARPA.





10 - **Manual Operacional do Programa ARPA - MOP** é o instrumento que estabelece as rotinas gerenciais, atividades e procedimentos do Programa ARPA, o qual deve ser observado por todos os parceiros.

11 - **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO** é a associação civil sem fins lucrativos certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e nomeada pelo Comitê do Fundo de Transição como gestora do FT, devendo atuar, em relação ao FT, de acordo com o estabelecido nos contratos de doação e, notadamente, com as regras e procedimentos estabelecidos no MOP para desembolso e aplicação dos recursos do FT.

12 - **Unidade de Conservação - UC** é definida pela Lei nº 9985/00, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, art. 2º, inciso I, como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

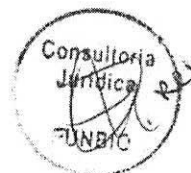
13 - **Plano de Manejo** é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem orientar o uso da sua área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICÍPES

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I - compete ao ICMBio:

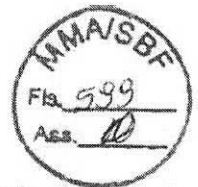
- a) Alocar recursos orçamentários para as UCs do Programa ARPA sob seu controle;
- b) Dotar de pessoal as UCs do Programa ARPA sob seu controle, de acordo com os Marcos Referenciais do Programa ARPA e necessidades de gestão das UCs;
- c) Elaborar estudos para a criação de UCs Federais, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa ARPA, e fornecer ao MMA a base cartográfica em formato digital das áreas propostas para apoio do Programa ARPA;
- d) Garantir a consolidação das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- e) Garantir a manutenção das UCs apoiadas pelo Programa ARPA, e a execução das atividades relacionadas a sua administração, bem como a disponibilização de equipes administrativas básicas, tudo de acordo com os Marcos Referenciais aplicáveis;
- f) Elaborar os Planos de Manejo das UCs abarcadas pelo Programa ARPA, bem como disponibilizá-los aos parceiros quando aprovados, conforme estabelecido no MOP;
- g) Executar os Planos de Manejo das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- h) Elaborar o detalhamento dos Planos Estratégicos Plurianuais dentro dos tetos orçamentários estabelecidos pelo MMA e pelo CP;





- i) Fornecer as informações necessárias para que o FUNBIO possa executar os orçamentos bianuais aprovados, bem como informar os locais de entrega e pessoal responsável pelo acompanhamento dos serviços contratados, especificações e termos de referência na forma e com o conteúdo exigidos pelos processos de compras e contratações efetuadas pelo FUNBIO;
- j) Prestar, sempre que solicitado, todo e qualquer esclarecimento ao FUNBIO e ao MMA, permitindo amplo acesso às informações e documentos, compartilhando mecanismos relacionados à execução do Programa ARPA;
- k) Informar imediatamente ao FUNBIO toda e qualquer alteração unilateral e/ou descumprimento dos serviços contratados pelo FUNBIO para que o mesmo possa atuar de forma a remediar a situação ou, se for o caso, tomar as medidas legais cabíveis contra os prestadores dos serviços;
- l) Recepcionar os prestadores de serviços contratados pelo FUNBIO, supervisionar e fornecer suporte para o adequado cumprimento dos contratos, como acesso à(s) UC(s) (quando necessário) ou a informações;
- m) Acompanhar as atividades de execução dos serviços e zelar pelo seu desempenho nas condições, forma e prazos contratados pelo FUNBIO, avaliando seus resultados;
- n) Adotar os procedimentos estabelecidos no MOP;
- o) Informar ao FUNBIO, por ocasião da realização de viagens necessárias e de acordo com as previsões orçamentárias estabelecidas, os dados dos servidores de seu quadro, de outros órgãos governamentais ou terceiros, que tenham sido destacados para a execução dessas atividades, inclusive informando se são funcionários públicos ou não;
- p) Elaborar os Termos de Referência que servirão de base para a contratação dos serviços e as especificações técnicas para a aquisição de bens visando à execução dos Planos Estratégicos Plurianuais;
- q) Implementar a gestão da UC de forma participativa, por meio de Conselhos ou dispositivos específicos de cada UC;
- r) Proteger e garantir a integridade física das UCs, por meio da alocação das formas de fiscalização e controle disponíveis, e quando necessário solicitar ação supletiva do poder de polícia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA);
- s) Viabilizar a participação dos seus servidores lotados nas UCs nos fóruns, reuniões e treinamentos realizados pelo Programa ARPA;
- t) Indicar, em cada UC apoiada pelo Programa ARPA, um servidor que será o ponto focal do Programa ARPA na UC;
- u) Apoiar a elaboração de relatórios de desempenho de consolidação das UCs e outros documentos necessários para o monitoramento e gestão do Programa ARPA;



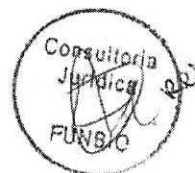


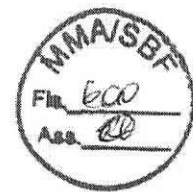
- v) Implementar o monitoramento de conservação da biodiversidade (incluindo protocolos básicos de biodiversidade, uso de recursos, e integridade da paisagem) e indicadores socioeconômicos nas suas UCs;
- w) Preparar relatórios financeiros de contrapartida física e financeira para o MMA; e
- x) Prover informações e apoiar a elaboração dos relatórios previstos no Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP, de acordo com as responsabilidades descritas para cada instituição.

Parágrafo único: O ICMBio não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por quaisquer atividades ou obrigações que não tenha assumido expressamente nesse instrumento.

II - compete ao FUNBIO :

- a) adquirir em seu nome, com recursos do Fundo de Transição, observado o disposto no MOP, e doar ao ICMBio, mediante Termo de Doação, os bens necessários para a implementação dos Planos Estratégicos Plurianuais, previamente definidos e aprovados pelo Comitê de Programa, conforme as regras definidas na legislação brasileira e nos contratos de doação, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA;
- b) contratar em seu nome, com os recursos do Fundo de Transição, observado o disposto no MOP, ações previamente definidas nos Planos Estratégicos Plurianuais, previamente definidos e aprovados pelo Comitê de Programa, conforme as regras definidas na legislação brasileira e nos contratos de doação, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA;
- c) apoiar com os recursos do Fundo de Transição, observados os procedimentos de desembolso e aplicação dos recursos do FT estabelecidos no MOP, a implementação, dos gastos previamente definidos nos Planos Estratégicos Plurianuais em conformidade com o estabelecido nos cronogramas de desembolso e aprovados pelo Comitê do Programa, conforme as regras estabelecidas nos contratos de doação firmados entre o FUNBIO e os doadores, e a legislação brasileira, observados os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA;
- d) atuar como gestor do Fundo de Transição, em conformidade com as regras e procedimentos estabelecidos no MOP ou, notadamente, o estabelecido no MOP;
- e) implementar as decisões do Comitê de Programa, salvo nos casos em que contrarie sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, seu regimento interno ou seu *modus operandi*;
- f) disponibilizar e apresentar sempre que solicitado informações relativas à execução das atividades sob sua responsabilidade conforme estabelecido no Manual Operacional do Programa ARPA;





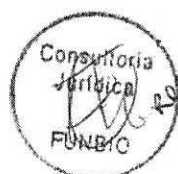
§1º O FUNBIO não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações que não tenha assumido expressamente neste instrumento

§2º O FUNBIO não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações assumidas por qualquer órgão ou entidade executora do Programa;

§3º Os bens a que se refere a alínea "a" do inciso II serão doados ao ICMBio mediante a assinatura de Termo de Doação, contendo as especificações necessárias, e serão imediatamente incorporados ao patrimônio do ICMBio.

III - compete ao Ministério do Meio Ambiente:

- a) Coordenar a execução do Programa ARPA, visando à criação e consolidação de, ao menos, 60 (sessenta) milhões de hectares de UCs no bioma Amazônico, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa;
- b) Promover a articulação entre os Órgãos Gestores das UCs apoiadas pelo Programa ARPA, o FUNBIO, o CP e o CFT;
- c) Buscar o aporte de recursos financeiros necessários para a implementação do Programa ARPA no âmbito do Governo Federal, disponibilizados por meio do orçamento anual da União, para atividades nas UCs e pela UCP;
- d) Envidar esforços para viabilizar pessoal adequado, nas UCs e na UCP, para a execução do Programa ARPA;
- e) Presidir e manter o CP;
- f) Manter a Unidade de Coordenação do Programa - UCP, para o exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do Programa ARPA e que funcionará como Secretaria Executiva para o CP, responsável pela comunicação entre CP e CFT;
- g) Convocar e manter o Painel Científico de Aconselhamento do Programa – PCA, e coordenar e convocar o Fórum Técnico e a Comissão de Gestores;
- h) Organizar o processo de alocação de recursos nos orçamentos bianuais das UCs em conjunto com o FUNBIO;
- i) Revisar os orçamentos bianuais propostos pelas UCs e Órgãos Gestores no que tange à elegibilidade dos serviços e insumos planejados em relação às regras do FT;
- j) Consolidar, anualmente, todos os relatórios financeiros e de implementação referentes às UCs apoiadas pelo Programa ARPA, conforme Relatório de Implementação e Progresso Financeiro do ARPA, descrito no item A do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- k) Monitorar o cumprimento dos planos de consolidação das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;



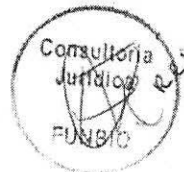


- l) Disponibilizar ao CP e ao CFT os dados referentes à alteração da cobertura florestal por UC, ao monitoramento da biodiversidade, as novas UCs criadas e os indicadores de benefícios socioambientais bienalmente;
- m) Elaborar, e apresentar ao CP, o Relatório Compreensivo de Progresso do ARPA, conforme Relatório Compreensivo de Progresso do ARPA descrito no item B do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP, fazendo uso dos dados e análises apresentados pelos Órgãos Gestores;
- n) Elaborar, e apresentar ao CP, o Relatório Bianual de necessidades financeiras do Programa ARPA, conforme Plano Bienal de Necessidades Financeiras do ARPA descrito no item C do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- o) Elaborar o Relatório de Análise Financeira anualmente, conforme Validação do Modelo de Custo descrito no item G do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- p) Elaborar o Relatório de Avaliação de Efetividade, a cada cinco anos, conforme Relatório de Avaliação de Efetividade Estendida descrito no item D do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- q) Manter, atualizar e realizar análises regularmente da modelagem de custos e da modelagem financeira do Programa ARPA, conforme Relatório de Modelo de Custo E Revisão do Modelo Financeiro descrito nos itens E e F do Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP;
- r) Monitorar, em conjunto com o ICMBio, o cumprimento das Condições de Desembolso do Fundo de Transição;
- s) Consolidar, anualmente, o relatório de equipe alocada nas UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- t) Zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos e doados pelo FUNBIO.

CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS

No que concerne aos bens adquiridos em nome do FUNBIO e doados ao ICMBio este se compromete a:

- a) utilizar os bens doados única e exclusivamente na execução do Programa ARPA, sendo vedada a alienação, bem como utilização para qualquer outro fim, enquanto durar o Programa ARPA;
- b) registrar em seu patrimônio os bens doados e informar ao FUNBIO no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da entrega desses, os números de patrimônio de cada bem;
- c) afixar nos bens objeto de doação, em local de fácil visualização, conforme o caso placas ou adesivos, contendo a logomarca do Programa ARPA e os seguintes dizeres "Programa Áreas





Protegidas da Amazônia - ARPA";

d) responsabilizar-se pelo perecimento ou deterioração natural dos bens doados, a partir do momento do seu recebimento, ainda que o fato tenha advindo de caso fortuito ou força maior. Em nenhuma circunstância o FUNBIO ficará obrigado a restituir os referidos bens ou a indenizar o ICMBio.

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPE

Cada Partícipe se responsabiliza pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes, na execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

Parágrafo Primeiro. Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como despesas relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

Parágrafo Segundo. Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente Acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Acordo.

CLÁUSULA SETIMA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

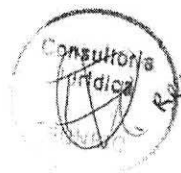
Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Acordo serão atribuídos aos Partícipes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal dos Partícipes.

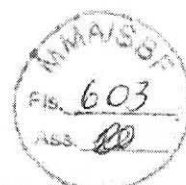
CLÁUSULA OITAVA - DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICIDADE

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente **Acordo de Cooperação Técnica**, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Acordo, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 e alterações posteriores, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

Parágrafo único: o uso da marca e da logomarca do Programa ARPA deverá atender ao Manual de Aplicação da Marca do Programa.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA





O presente **Acordo de Cooperação Técnica** terá a vigência de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos Partícipes, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

Este **Acordo de Cooperação Técnica** poderá ser alterado, de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifesto previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, fica designado o Comitê do Programa como responsável pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

Parágrafo único: Por meio de Portaria Ministerial será publicada a composição do referido Comitê de Programa, nos termos do Decreto de regência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Acordo, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Acordo poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial pela Administração Pública e em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Fica assegurado o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao ICMBio providenciar a publicação do extrato do presente Acordo no Diário Oficial da União na forma da lei e prazo estabelecidos no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO

O Manual Operacional do Programa ARPA - MOP é parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO





Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, ressalvados os casos de competência originárias do Supremo Tribunal Federal-STF.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília, 21 de maio de 2014.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN
Presidente do Instituto Chico Mendes de
Conservação da Biodiversidade

ROSA MARIA LEMOS DE SÁ
Secretária Geral do FUNBIO

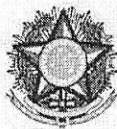
IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA
Ministra de Estado do Meio Ambiente

TESTEMUNHAS:

Nome: MATEUS de Castro Almeida
CPF: 114.102.847-60
CI: 158498 OAS/RJ

Nome: _____
CPF: _____
CI: _____





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Departamento de Áreas Protegidas
SEPN 505 Norte Bloco "B" sala 409 Ed. Marie Prendi Cruz – 70.730-542. Brasília-DF

Ofício nº 85 /2014/GAB/MBF/MMA

Brasília, 17 de novembro de 2014.

Ilmo. Sr. Sérgio Brant Rocha,
Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação - DIMAN
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
EQSW 103/104 - Complexo Administrativo - Setor Sudoeste - Bloco C - 1o Andar
CEP 70.670-350 - Brasília - DF

Assunto: **Encaminhamento de processo.**

Senhor Diretor,

1. Objetivando a continuidade dos trâmites do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, devolvemos o processo de número 2001.007843/2002-22 para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, por pertinência.
2. Aproveitamos a oportunidade para solicitar que nos seja enviada a publicação do extrato do Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União para nosso conhecimento.
3. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

ANDRÉ LUIS LIMA
Diretor do Departamento de Áreas Protegidas
Substituto



Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Informações do Processo

Número do Processo: 02001.007843/2002-22

Data da Autuação: 09/09/2002

Interessado: FUNBIO

Assunto: ACORDO

Despachos

1	A COPEs, Para providências. 20/11/14 Bolle	2
3	Bruna De Vita Silva Santos Assessora Técnica DIMAN/ICMBio A CADM d/ providenciar publicação do Acordo de Cooperação Técnica constante em fls. 594 a 604. Brasília, 24/11/14 Antonio Edison de Castro Sena	
5	Ac Silic, Para conhecimento e publicação do Acordo de Cooperação, às fls. 594 a 604. Em, 24/11/14.	6

José Luiz Roma
Coordenador de Administração e Logística
COADM/COATI/DIPLAN/ICMBio
Port. nº 15, 30/09/2012



Interessado	CPF	A.I. Nº	Processo Nº
ROGERIO DOS SANTOS RAMOS	038.925.113-18	603243-D	02020.000122/2009-02

A Superintendente do IBAMA no Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, não procurado, ou por não ter procurado o Órgão, do INDEFERIMENTO da Defesa Administrativa apresentada, com adequação do valor da multa, da HOMOLOGAÇÃO do Termo de Incineração nº 066642-B, com perdimento dos animais silvestres apreendidos no TAD nº 465121-C, devendo o interessado apresentar Recurso Administrativo em um prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente edital, ou caso queira efetuar o pagamento ou parcelamento da multa, comparecer junto ao Setor de Arrecadação desta Superintendência - IBAMA/PI, sob pena de incorrerem acréscimo de juros e multa de mora, e incluído do cadastro informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN e, inscrição do débito em Dívida Ativa da União, com posterior ajuizamento de Execução Judicial, conforme dispõe a Instrução Normativa Nº. 10 de 07 de dezembro de 2012 e demais legislação pertinente.

Interessado	CPF	A.I. Nº	Processo Nº
ILIAS DOS SANTOS SILVA	038.837.743-57	603017-D	02020.000072/2009-01

A Superintendente do IBAMA no Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, não procurado, ou por não ter procurado o Órgão, da HOMOLOGAÇÃO do Auto de Infração, do Termo de Incineração nº 066928-B, com perdimento do animal silvestre apreendido no TAD nº 464962-C, devendo o interessado apresentar Recurso Administrativo em um prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente edital, ou caso queira efetuar o pagamento ou parcelamento da multa, comparecer junto ao Setor de Arrecadação desta Superintendência - IBAMA/PI, sob pena de incorrerem acréscimo de juros e multa de mora, e incluído do cadastro informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN e, inscrição do débito em Dívida Ativa da União, com posterior ajuizamento de Execução Judicial, conforme dispõe a Instrução Normativa Nº. 10 de 07 de dezembro de 2012 e demais legislação pertinente.

Interessado	CPF	A.I. Nº	Processo Nº
CLIMAR DE AGUIAR ROBEIRO	947.728.373-91	601121-D	02020.000112/2009-08

A Superintendente do IBAMA no Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, não procurado, ou por não ter procurado o Órgão, do CANCELAMENTO do Auto de Infração, devendo o interessado apresentar Recurso Administrativo em um prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente edital.

Interessado	CPF	A.I. Nº	Processo Nº
ROGERIO DOS SANTOS RAMOS	038.925.113-18	603243-D	02020.000122/2009-02

A Superintendente do IBAMA no Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, não procurado, ou por não ter procurado o Órgão, do CANCELAMENTO do Auto de Infração, devendo o interessado apresentar Recurso Administrativo em um prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente edital.

Interessado	CPF	A.I. Nº	Processo Nº
JOSEFSON DE SANTANA FERREIRA	059.791.473-31	600338-D	02020.000300/2007-51

A Superintendente do IBAMA no Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, não procurado, ou por não ter procurado o Órgão, do CANCELAMENTO do Auto de Infração, não cabendo recurso.

Interessado	CPF	A.I. Nº	Processo Nº
EDIVALDO RIBEIRO FERREIRA	679.583.702-51	612176-D	02020.000442/2007-22

A Superintendente do IBAMA no Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, não procurado, ou por não ter procurado o Órgão, da HOMOLOGAÇÃO do Auto de Infração (estando a multa já paga), com o cancelamento dos produtos florestais apreendidos no TAD nº 464526-C, devendo o interessado apresentar Recurso Administrativo em um prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente edital.

Interessado	CPF	A.I. Nº	Processo Nº
JOSÉ HENRIQUE DE MACHES	020.132.255-72	599365-D	02020.000115/2007-50

A Superintendente do IBAMA no Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, não procurado, ou por não ter procurado o Órgão, da HOMOLOGAÇÃO do Auto de Infração (estando a multa já paga), com o cancelamento do TAD nº 464712-C, devendo o interessado apresentar Recurso Administrativo em um prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente edital.

Interessado	CPF	A.I. Nº	Processo Nº
FRANCISCO JORGE BARBOSA DO VALE	185.287.411-49	588165-D	02581.000155/2007-62

A Superintendente do IBAMA no Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, não procurado, ou por não ter procurado o Órgão, da HOMOLOGAÇÃO do Auto de Infração (estando a multa já paga), com o cancelamento da apreensão da embarcação (referente ao TAD nº 461665-C), devendo o interessado apresentar Recurso Administrativo em um prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente edital.

Interessado	CPF	A.I. Nº	Processo Nº
FRANCISCO SOUSA DOS SANTOS	437.647.163-31	540747-D	02581.000073/2007-18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032014112600155

A Superintendente do IBAMA no Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, não procurado, ou por não ter procurado o Órgão, da HOMOLOGAÇÃO do Auto de Infração (estando a multa já paga), devendo o interessado apresentar Recurso Administrativo em um prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente edital.

Interessado	CNPJ	A.I. Nº	Processo Nº
CONQUISTA COMERCIO DE MADEIRA LTDA	06.609.341/0001-84	600393-D	02020.000112/2007-62

A Superintendente do IBAMA no Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, não procurado, ou por não ter procurado o Órgão, da HOMOLOGAÇÃO do Auto de Infração, devendo o interessado apresentar Recurso Administrativo em um prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da publicação do presente edital.

Interessado	CPF	A.I. Nº	Processo Nº
GEORGE ANTONIO ALVES SILVA	094.728.446-57	560417-D	02020.000703/2009-18

Visitas dos respectivos Processos poderão ser obtidas junto a Superintendência Estadual do IBAMA no Piauí, à Avenida Homero Castelo Branco, 2249, Bairro Horto Florestal, CEP 64.052-445 - fone: (86) 3301-2400 - Teresina (PI).

LUCIAN A MARIA NOGUEIRA NUNES CAMPOS MAIA INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2014

Nº Processo: 02070.001734/2014-11. Contratante: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Contratada: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ nº 00.360.305/0001-04. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços para gestão financeira/contábil e execução dos recursos de compensação ambiental. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. Data de Assinatura: 19/11/2014. Valor: R\$ 1.863.000,00.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com a intervenção da União representada pelo Ministério do Meio Ambiente. Processo: 02001.007843/2002-22. OBJETO: Implementação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos. DATA DE ASSINATURA: 21/05/2014. Pelo MMA: IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA - Ministra de Estado. Pelo ICMBio: ROBERTO RICARDO VIZENTIN - Presidente. Pelo FUNBIO: ROSA MARIA LEMOS DE SA - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 96, § 1º, IV, do Decreto 6.514/08, e do art. 23, § 2º, II, da Instrução Normativa ICMBio nº 06/2009, intima as pessoas físicas abaixo elencadas da lavratura dos Autos de Infração.

INTERESSADO	CPF	AUTO DE INFRAÇÃO	PROCESSO
Delmar Rodrigues	865.316.119-87	014571-A	02247.000019/2014-01
Delmar Rodrigues	865.316.119-87	014572-A	02247.000032/2014-16
Delmar Rodrigues	865.316.119-87	014573-A	02247.000021/2014-71
Delmar Rodrigues	865.316.119-87	014574-A	02247.000020/2014-27

Neste ato, informa-se que é franqueada a apresentação de impugnação aos autos de Infração no prazo de 20 (vinte) dias, contados da publicação deste Edital, sendo concedido o desconto de 30% (trinta por cento) se o pagamento for efetuado dentro de 5 (cinco) dias. É facultado ao interessado solicitar o parcelamento dos débitos, conforme art. 62, da IN ICMBio nº 06/2009. Os referidos processos encontram-se disponíveis para consultas no seguinte endereço: Rua Doutor Beviláquia, 563, Centro, CEP 85.855-000, Palmas/PR.

MARCIA BARBOSA ABRAÃO

Chefe de RVS dos Campos de Práticas

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Informações do Processo


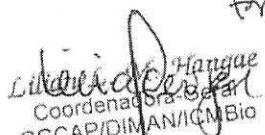
Número do Processo: 02001.007843/2002-22

Data da Autuação: 09/09/2002

Interessado: FUNBIO

Assunto: ACORDO

Despachos

	<p>A CGCAP/DIMAN,</p> <p>Restituo os autos, após publicação do Acordo de Cooperação Técnica, publicado no Diário Oficial da União nº229 de 26/11/2014.</p> <p>Em, 26/11/2014.</p> <p> Miguel de Almeida Lemos Filho Chefe de Serviço de Licitação e Compras Matr. 06680024 COORDENADOR/DEPLAN/ICMBio</p>	<p>A COPEs,</p> <p>Para conhecimento e procedimentos pertinentes. em 28.11/14</p> <p> Lilian de Fátima Coordenadora-Geral CGCAP/DIMAN/ICMBio</p>	2
3			4
5			6

Registro de Ocorrências na Documentação

Processo nº	02001 <u>007843 / 2009 - 22</u>
Volume	Qual:
Apenso	Qual:
Anexo	Qual:
Caixa	
Lote	
Termo de Abertura/GPD	<input type="checkbox"/>
Páginas faltando	<input type="checkbox"/> Qual(is):
Pulo de Páginas	<input type="checkbox"/> Qual(is):
Erro de numeração	<input type="checkbox"/> Qual(is):
Mídias Especiais	<input type="checkbox"/> Qual(is):
Encadernados	<input type="checkbox"/> Qual(is):
Livros – Brochura	<input type="checkbox"/> Quantos:
Mapas	<input type="checkbox"/> Quantos/Quais páginas:
Grandes Formatos	<input type="checkbox"/> Quais páginas:
Folhas rasgadas	<input type="checkbox"/> Quais páginas:
Outros	<input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____
Termo de Encerramento	<input type="checkbox"/>

Nome: Aline Lormany - 2558

Data: 05/07/2018